

avanzanca

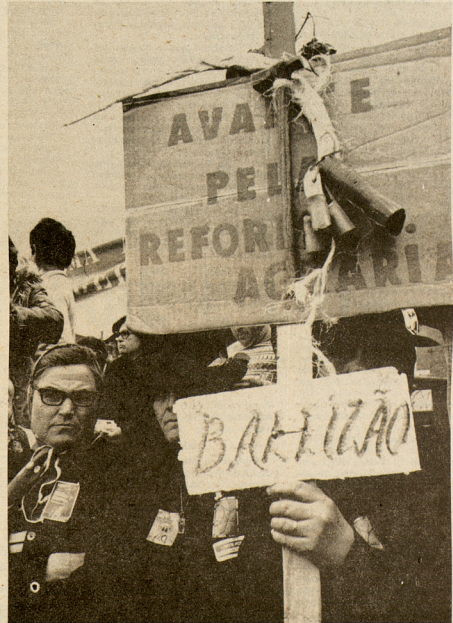
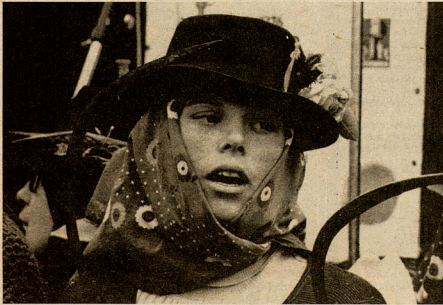


UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

Preço 5500

MOVIMENTO SINDICAL UNITÁRIO CRIA FUNDO DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA

(Págs. centrais)



● DELEGADOS SINDICAIS
E COMISSÕES DE TRABALHADORES
DO DISTRITO DE LISBOA
EM DEFESA DAS LIBERDADES
E DA DEMOCRACIA

(Págs. 10 e 11)

● JOVENS DA INDÚSTRIA
FARMACÉUTICA E DA INDÚSTRIA
HOTELEIRA
«UNIR A JUVENTUDE
CONTRA A EXPLORAÇÃO»

(Págs. 6 e 7)

OTICÁRIO SINDICAL

AGRÍCOLAS

Realizou-se em 20-3-76 uma Assembleia Geral Ordinária do Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém, que teve como Ordem de Trabalhos a discussão e a aprovação do Relatório e Contas do Exercício de 1975 e o Orçamento Geral para 1976, tendo estado presentes para cima de 2000 associados, os quais participaram vivamente nos trabalhos.

Esta assembleia decorreu no melhor ordem e entusiasmo, tendo o Relatório e Contas de 1975 e o Orçamento Geral para 1976 sido aprovados por unanimidade e aclamação.

U. S. VIANA DO CASTELO

Recebemos da União dos Sindicatos de Viana do Castelo um extenso Resumo das Actividades desta União, durante o mês de Fevereiro de 1976, através do qual pode verificar-se o espírito de iniciativa e de compreensão que tem animado e continua a animar os camaradas membros dos corpos gerentes desta União dos Sindicatos.

"Avança" felicita entusiasticamente todos os que empregam a sua intensa actividade para este utilíssimo trabalho de organização e de esclarecimento.

ELECTRICISTAS

Da Comissão de Trabalhadores da Standard Eléctrica de Cascais, recebemos a cópia da moção que enviaram ao ministro do Trabalho, em 24-3-76, e que reza assim:

"MOÇÃO

A Comissão de Trabalhadores da Standard Eléctrica, após consulta aos trabalhadores, decide repudiar energicamente as bases gerais do projecto da lei da greve do DROT, por não servir os interesses dos trabalhadores e não cumprir o que se encontra expresso na Constituição.

Afirmam por isso que os trabalhadores estão suficientemente aptos para, através das suas organizações de classe, elaborarem eles mesmos a lei da greve de que necessitam e que defende realmente os seus interesses."

Também recebemos do Sindicato dos Electricistas do Sul, a propósito da Lei dos Despedimentos, um extenso documento contra esta lei, enviado ao Conselho da Revolução e ao ministro do Trabalho, de que transcrevemos os seguintes passos:

- 1 — A Direcção do Sindicato dos Electricistas do Sul, tal como todo o movimento sindical, exige:
 - a) a revogação imediata da Lei dos Despedimentos (D-lei 84/76);
 - b) a publicação de nova legislação sobre o assunto com prévia audiência do movimento sindical de modo a garantir a satisfação de conquistas já alcançadas e reivindicações formuladas pelos trabalhadores, nomeadamente:
 - 1 — a sua aplicação a todos os trabalhadores;
 - 2 — a obrigatoriedade de participação das Organizações Sindicais em todos os processos de despedimento;
 - c) repudia mais este exemplo de que o Ministério do Trabalho defende os interesses de classe do patronato;
 - d) denuncia mais um caso de legislação de trabalho feita sem

opinião dos trabalhadores e contra os seus interesses;

a) pede ao Conselho da Revolução e ao ministro do Trabalho uma reunião urgente sobre este assunto com esta Direcção Sindical e Delegados Sindicais do Sector;

PELA REVOGAÇÃO IMEDIATA DA LEI DOS DESPEDIMENTOS."

OURIVES

Num Plenário de Delegados Sindicais do Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojaria e Correlativos do Sul, da Travessa da Portuguesa, 15-1, realizada em 22-3-76, foi aprovada a seguinte moção, que nos foi enviada com o pedido de publicação:

- "MOÇÃO
- Os Delegados Sindicais do Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojaria e Correlativos do Sul, reunidos em Plenário de Delegados em 22-3-76 para analisar e discutir As bases gerais do projecto da lei da greve:
- Considerando que a tomada de posição dos Delegados neste Plenário não é mais do que um direito já adquirido a quando da discussão da lei das associações Sindicais, decidem o seguinte:
 - 1 — Exigem que o que deve ser posto à discussão dos trabalhadores é o anteprojecto da lei na sua totalidade e não sugestões.
 - 2 — Que o referido anteprojecto de lei deve ser enviado aos Sindicatos para os pôr à discussão dos seus trabalhadores filiados.
 - 3 — Que o prazo para a discussão seja de um mínimo de 30 dias para que os Sindicatos tenham tempo para analisar e discutir com os associados."

COBRADORES

Os Delegados Sindicais do Sindicato Nacional dos Cobradores e Profissões Similares, na Rua Poço dos Negros, 153-2, em Lisboa, reuniram-se em 23-3-76 e aprovaram uma moção, que enviaram ao Conselho da Revolução, Primeiro-Ministro e ministro dos Assuntos Sociais, com o seguinte teor:

- "MOÇÃO
- Delegados Sindicais reunidos no dia 23 de Março de 1976, na sede do Sindicato Nacional dos Cobradores e Profissões Similares, para apreciação do actual momento da Previdência no nosso País e interpretando o sentir geral dos trabalhadores que representam, decidiram rejeitar a integração da Previdência no Estado, sem respeito pela vontade dos trabalhadores e sem a sua prévia audição, e concluíram:
 - 1 — Que para a Previdência apenas contem com os trabalhadores, 65% descontados directamente dos seus salários e 17% através das entidades patronais, que no cálculo dos lucros antecipadamente incluem aquele encargo;
 - 2 — Que a gestão da Previdência deve ter a participação dos trabalhadores;
 - 3 — Que, não é aceitável a extinção do Conselho Coordenador da Previdência e da sua Comissão Executiva, como órgãos executoras da vontade dos trabalhadores.

Pelas razões expostas decidem: 1 — Exigir a promulgação de legislação rigorosa que obrigue o patronato a entregar à Previdência as contribuições dentro dos prazos legais, assim como o pagamento dos salários de contos em atraso, que os patrões abusivamente retêm em seu poder para provento próprio;
- 2 — Exigir a participação dos

trabalhadores na elaboração de qualquer projecto que vise a alteração das estruturas da Previdência;

3 — Exigir a reintegração do Conselho Coordenador da Previdência e a respectiva Comissão Executiva nas suas funções."

CONSTRUÇÃO CIVIL

Dzzenas de trabalhadores da Construção Civil, que enchem a sala do Tribunal da Boa-Hora, em 6 do corrente, para assistirem ao julgamento de camadas seus que, com o director de "O Diário", Miguel Urbano Rodrigues, tinham sido levados a julgamento pelo ministro do Trabalho, capitão Tomás Rosa, em virtude da publicação de um anúncio nesse jornal, em Janeiro último, saíram da sala cantando o "Vencermos", "Vencermos".

Esta manifestação esteve na origem dessa audiência ter sido adiada, adiamento baseado no facto do jornal "O Século", que publicou igual anúncio e foi igualmente processado, não ter sido, a exemplo do director de "O Século", o então director de "O Século", comandante Eduardo Scharif.

São sete, os membros da direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, processados pelo ministro do Trabalho.

O julgamento ficou adiado para o próximo dia 26 do corrente, no mesmo lugar e à mesma hora.

HOTELARIA

Com o pedido de publicação, recebemos da Comissão de Trabalhadores do Hotel Metrópole de Lisboa, a seguinte nota:

"Patrão tenta agredir membro da Comissão de Trabalhadores — No Hotel Metrópole, em Lisboa, onde os trabalhadores vêm há longos meses travando uma justa luta pelo cumprimento integral do Contrato Colectivo de Trabalho, o Chefe de Mesa e membro da Comissão de Trabalhadores, Zeferino Afonso Parente, foi ameaçado pelo administrador Sr. Gil d'Almeida, o qual tentou atingi-lo com um murro no decorrer dum recente reunião.

Ainda custa muito a certos patrões, habituarem-se à ideia de que "os contratos são para se cumprir" — democraticamente."



do Sindicalismo

As dificuldades causadas aos trabalhadores pela actual sociedade levam-nos, em grande número, a procurar a via dum sociedade melhor, mais equitativa, mais justa e fraternal.

Na sua vida quotidiana, os trabalhadores vêem-se a braços com as crescentes e incessantes dificuldades que o capital os faz sofrer, pelas consequências da feroz exploração a que são sujeitos e as múltiplas tentativas do patronato e do Estado para as agravar sempre e mais.

Os trabalhadores são obrigados a lutar sem descanso para fazer recuar os constantes ataques contra o seu nível de vida, a defenderem o poder de compra, os seus salários, contra a alta dos preços dos produtos de primeira necessidade, a combater sem desfalecimento, para melhorar o seu nível de vida. Eles esbarram contra a sistemática recusa do patronato e do Estado de resolverem as reivindicações que as condições de existência e de trabalho actuais tornam urgentes, tais como a redução do tempo de trabalho, melhores condições de trabalho, o avanço da idade da reforma, o melhoramento substancial das pensões, a melhoria das condições sociais, etc.

Os trabalhadores têm de defender-se contra o desemprego, a insegurança do emprego, a falta de protecção à juventude e à velhice, a preservar e a alargar as suas liberdades sindicais, o seu campo de acção da produção e nos organismos sociais de que partilham directa ou indirectamente. A acção reivindicativa é

um combate permanente, porque a burguesia e o capitalismo agarram-se com todas as suas garras aos privilégios que não querem de forma alguma deixar perder.

Por isso, as acções reivindicativas dos trabalhadores aparecem, pela força das circunstâncias, como uma necessidade constante, permanente. Ela necessita das lutas sindicais de massas, mas sempre variadas formas, mas sempre vigorosas e por vezes de certa envergadura, lutas que traduzem o descontentamento dos trabalhadores contra as injustiças de que são permanentemente vítimas, lutas que traduzem a sua vontade de defenderem os seus interesses e permitindo-lhes de o fazerem com completo sucesso.

Mesmo mantendo uma luta indispensável à sua situação de explorados, muitos trabalhadores se interrogam sobre as causas das suas crescentes dificuldades, sobre a natureza mesmo da sociedade na qual vivem e, desta maneira, procurando encontrar uma via melhor para a sociedade mais justa, equitativa, humana e fraternal.

As dificuldades dos trabalhadores resultam efectivamente da política económica e social praticada pelo patronato e pelo Governo. Esta política é ditada, sem nenhuma dúvida, pelos imperativos do regime capitalista, em que todos nós estamos inseridos.

O capitalismo não tem outro objectivo que não seja o lucro cada vez maior de uma minoria sobre a grande maioria da classe produtora, porque o capitalismo é baseado sobre a propriedade dessa mesma minoria sobre os meios de produção e de troca, assim como da exploração do trabalho do assalariado.

E aí que se situa a fonte das principais injustiças de que sofrem os trabalhadores do seu estado de dependência que os reduz a serem, na realidade, os instrumentos da produção, os "objectos" da materialização da riqueza da sua força-trabalho. E é nisto que reside a grande arbitrariedade patronal, a grande injustiça social, a antítese de classes, cujos interesses são absolutamente inconciliáveis.



UNIDOS ORGANIZADOS VIGILANTES VENCEREMOS

atavanca

SEMANARIO DA INTERSINDICAL

DIRECTOR INTERINO Jaime Marques Machado

16 paginas - Preço 5000

REDAÇÃO e ADMINISTRAÇÃO
Rua Vitor Gordon 11 - LISBOA

DELEGAÇÃO NO NORTE
Tel. 38075259 - PORTO

DISTRIBUIDORA REGIMPRESA
COMPOSIÇÃO IMPRESSÃO
HESKA PORTUGUESA
Rua Elias Garcia, 25, 27 - Venda Nova - Amadora

DIVULGA

atavanca



JORNADA DE UNIDADE E LUTA

Uma vez mais, a Intersindical Nacional vai promover as comemorações alusivas à data do 1.º de Maio — Dia Internacional do Trabalhador.

Esta iniciativa foi anunciada numa conferência de Imprensa em que estiveram presentes alguns camaradas do Secretariado e da União dos Sindicatos de Lisboa.

Falando das comemorações de 1974 e 1975, aqueles camaradas salientaram que "as comemorações então realizadas pela Intersindical Nacional, traduziram-se em grandes manifestações de massas de indiscutível significado político, que mostraram a determinação dos trabalhadores em intervir, activamente, na construção duma sociedade melhor e mais justa para todos os portugueses".

As comemorações do 1.º de Maio de 1976 decorrerão sob o lema da "Festa Nacional de Unidade dos Trabalhadores". A adopção deste lema está subordinada a duas razões fundamentais:

NACIONAL — "dado que as referidas comemorações abrangem, praticamente, todo o País; mais exactamente, 17 capitais de distrito e 13 concelhos".

UNIDADE — "porque sendo o 1.º de Maio, naturalmente, a festa de todos os trabalhadores, entendeu-se que a sua unidade é uma questão prioritária e, neste momento, de importância fundamental, para a defesa das conquistas alcançadas e pelo avanço da democracia rumo à sociedade sem explorados nem exploradores".

A Intersindical Nacional ao

promover a realização das comemorações do 1.º de Maio, neste ano 3.º da Revolução, prossegue objectivos muito concretos, que correspondem, sem dúvida, aos sentimentos e preocupações dos trabalhadores em geral.

Assim, o 1.º de Maio deverá ser "uma jornada de unidade de todos os trabalhadores; uma jornada de luta pela defesa das conquistas alcançadas e pelo avanço da democracia rumo à sociedade sem explorados nem exploradores; uma jornada de propagação e reforço das estruturas do Movimento Sindical; uma jornada de recolha de fundos necessários ao desenvolvimento da acção sindical; uma jornada festiva".

Todo o trabalho de organização das comemorações está a cargo da Intersindical Nacional, "através das suas

estruturas regionais — União Distritais e União Locais", dos Sindicatos (filhados ou não na Intersindical) e de outras organizações dos trabalhadores. O Inatel, como organismo ao serviço dos trabalhadores, participará também na organização das comemorações.

Aos actos comemorativos, deverão estar presentes representantes das Centrais Sindicais Nacionais de países estrangeiros com quem a Intersindical mantém relações, bem como representantes das três Centrais Sindicais Mundiais.

Pensa-se, ainda, fazer convites ao Sr. Presidente da República e ao Conselho da Revolução.

Embora obedecendo a um "Programa-Tipo" comum, as comemorações variarão conforme as condições específicas de cada região. Basta referir que no Barreiro, como zona onde as lutas operárias tiveram sempre maior acuidade e repercussão, as comemorações do 1.º de Maio vão estender-se ao longo de uma semana.

Conforme o "programa-tipo", no dia 1 (sábado) terão lugar, actividades desportivas (de manhã), concentração, desfile e comício (à tarde) e actividades culturais e recreativas (à noite). O dia 2 (Domingo) será preenchido com actividades sindicais, recreativas,

culturais e desportivas.

São as seguintes, as localidades onde se vão realizar as comemorações do 1.º de Maio: Aveiro, Beja, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Barreiro, Caldas da Rainha, Castanheira de Pera,

Grândola, Marinha Grande, Montemor-o-Novo, Peniche, Portimão, S. João da Madeira, Sines, Torres Novas, Torres Vedras e Vieira de Leiria.

Quanto às comemorações a realizar em Lisboa, "ALAVANCA" pode apresentar já o "Programa Prévio", sujeito, como é evidente, a possíveis alterações de última hora:

8.00 h — Alvorada com foguetes e concentração de Bandas no Marquês de Pombal e desfile até ao Estádio 1.º de Maio (Soc. Musical União do Beato, Soc. Filarmónica Oeiras-Amadora, Banda dos Bombeiros Voluntários V. Fanhões), e outras possíveis.

9.00 h — Prova de Atletismo para jovens dos 10 aos 13 anos.

Local de reunião: Campo Grande (frente à Av. do Brasil).

9.15 h — Partida.

9.30 h — Chegada ao Estádio 1.º de Maio.

10.00 h — Início de provas de atletismo no Estádio 1.º de Maio por trabalhadores (colaboração INATEL). Séries de 100, 200, 400 e 800 metros. Saltos em Comprimento. Prova de 1500 metros (convites a atletas federados) — (colaboração Federação de Atletismo). Prova feminina (convites a atletas federadas) — (colaboração Federação de Atletismo).

10.30 h — Festival de ginástica infantil com colaboração da D.G.D.

11.00 h — Corrida pedestre (prova popular) — (colaboração com o INATEL). Partida da Praça dos Restauradores com o itinerário seguinte: Av. da Liberdade, Marquês de Pombal, Fontes Pereira de Melo, Saldanha, Av. da República, Campo Grande, Av. Brasil, Av. Rio de Janeiro.

11.30 h — Chegada ao Estádio 1.º de Maio.

13.00 h — Piquenique no Estádio 1.º de Maio.

15.00 h — Concentração de trabalhadores na Alameda Afonso Henriques, referenciados por distritos e estandartes dos respectivos Sindicatos.

17.00 h — Início do Comício no Estádio 1.º de Maio.

19.00 h — Canto Livre.

21.30 h — Início de espectáculos de cinema, teatro e variedades em diversos pontos da cidade.

UNIDADE E FIRMEZA — na Sorefame



A Comissão Sindical dos Trabalhadores da SOREFAME efectuou uma AGT, em 6 do corrente, das 18 às 21 horas, no enomissimo Pavilhão do Qui-Corte, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 — Férias e Feriados
 Ponto 2 — Discussão das reivindicações pendentes em AD (Subsídios de nível de algumas funções, equivalências das categorias sindicais na empresa, posições intermédias e ajustamento de salários por razões contratuais).

Ponto 3 — Gratificação da Páscoa.

Ponto 4 — Subsídio de doença.

Ponto 5 — Promoções.

Como "nota importante" dizia-se na convocação que a AGT terminaria às 21 horas, o que ficaria convocada automaticamente uma nova AGT para dois dias depois, à mesma hora e no mesmo local, para conclusão da ordem de trabalhos, caso esta não fosse completada na primeira assembleia.

Mais se dizia que, devido à importância dos pontos da ordem de trabalhos e por já se terem realizado as sessões de esclarecimento e

sendo a AGT o órgão deliberativo, a CSTS apelava para a comparência maciça de todos os trabalhadores, à hora indicada. E a convocação terminava com "Esclarecimentos, firmes, unidos e organizados venceremos".

A mesa que presidiu a esta Assembleia Geral de Trabalhadores era composta pelos camaradas: Jorge Mendes, técnico de desenho, Carlos Branco, empregado de escritório, e Fernando Rebota, metalúrgico, todos eles delegados sindicais. Presidia a esta mesa o camarada Fernando Rebota.

Os trabalhadores da SOREFAME acorreram muito numerosos a esta AGT, calculando-se muito para cima de mil os operários que à mesa assistiram e nela participaram, vendo-se igualmente, uma dezena de empregadas.

Aberta a sessão e posta à votação a Ordem de Trabalhos, a mesma foi aprovada por unanimidade.

O camarada Rebota, que presidia à mesa, anunciou que estava presente uma equipa do "ALAVANCA". E pediu à assembleia que voltasse para saber se ela podia ou não

continuar, para fazer a reportagem respectiva. Votada esta proposta, a mesma foi aprovada com 1 voto contra 3 abstenções.

Seguiram-se explicações pormenorizadas pela parte do camarada Rebota, acerca das "demarches" e outras circunstâncias relacionadas com o 1.º ponto, esclarecendo que, finalmente, linha prevalecido o ponto de vista da Comissão Sindical de Trabalhadores da SOREFAME, sobre os 26 dias úteis de férias anuais, assim como o subsídio de férias. Isto em vez do que a Administração da empresa pretendia, que era a de 30 dias de calendário.

Foi enviada à mesa uma Moção, a qual seria a seguir admitida e votada pela assembleia, apenas com 3 abstenções, do seguinte teor:

Os camaradas presentes nesta AGT solidarizaram-se com os camaradas que têm a gozar as férias, que devem ser em dias úteis e não em dias de calendário.

Seguiu-se uma longa exposição sobre dias feriadoss, os que já antes do 25 de Abril os trabalhadores gozavam por tradição, como sejam a tarde de 5.ª - feira e a 6.ª - feira da "semana santa", e todos os outros que, por Lei, estão convencionados. Também se defendeu o feriado de 31 de Dezembro, que é o estipulado pelo Sindicato dos Metalúrgicos. A esse propósito, foi enviada à mesa uma moção, que foi aprovada com as habituais três abstenções, em que se dizia que "os trabalhadores da Sorefame não abdicariam desse feriado".

Foi igualmente aprovada uma moção em que os feriadoss que calharem nos sábados e nos domingos possam ser recuperados noutros dias úteis. Desta forma, foram aceites em votação, com a costumada maioria, aliada das 3 abstenções, a proposta da mesa que presidia a esta AGT, na qual se preconizava o acúmulo dos vários feriadoss que, ao longo do ano, calhassem aos sába-

dos e aos domingos, em diversos "fins de semana", a partir do princípio de Setembro, ficando, dessa forma, esses "fins de semana" longos de quatro dias, o que seria uma excelente vantagem para os trabalhadores.

Também foi explicado o funcionamento do subsídio de férias, baseado no salário que é sempre horário e consta de 182 horas por mês, da seguinte forma:

26 dias úteis — a 100%

24 dias úteis — a 92%

22 dias úteis — a 85%

20 dias úteis — 77%

18 dias úteis — 69%

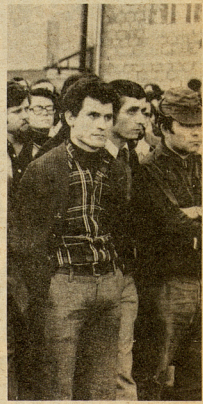
16 dias úteis — 62%

14 dias úteis — 54%

12 dias úteis — 46%

Seguiram-se questões de prioridades e outros problemas, sobre os quais somente na próxima assembleia seriam debatidos os votados.

Já depois de encerrada esta AGT, um dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos saudou os trabalhadores presentes pela firmeza e unidade com que todos os trabalhadores da SOREFAME demonstraram. Disse do Encontro Distrital de Delegados Sindicais e de Comissões de Trabalhadores que se ia realizar na "Voz do Operário" e convidou todos os trabalhadores presentes a assistirem à grande Concentração-Começo do próximo dia 11, em Beja, quando do Encontro promovido pela Intersindical Nacional nessa cidade alentejana, sobre a Reforma Agrária.



PANIFICAÇÃO

HORÁRIO É SÓ UM — O DAS SEIS HORAS E MAIS NENHUM

"Os trabalhadores da Panificação, unidos vencerão! O horário é só um, o das 6 horas e mais nenhum!" — assim falavam os cartazes que os trabalhadores da Panificação fizeram estacar no dia 7, junto ao Ministério do Trabalho, à hora a que os dirigentes sindicais deviam entrar em negociações com as associações patronais.

Não houve, porém, negociações. As entidades patronais, que segundo um dirigente de Viana do Castelo andavam lá pelo Ministério, (a fazer o quê?), recusaram-se a sentar à mesa das negociações, antes que fosse dissolvida aquela manifestação, que reuniu algumas centenas de trabalhadores, reivindicando o horário diurno.

Continua a ser incómoda, para os patrões, a voz dos trabalhadores!

"O Ministério — disse-nos um dirigente sindical de Lisboa — aprovou o horário diurno, mas não o defende. A partir daí, deixa campo aberto a todas as manobras reaccionárias dos patrões". Este dirigente sindical,

de nome Aarão Ribeiro, é também um trabalhador da Panificação Reunida de Queluz, presentemente impedido de se apresentar ao trabalho, por ter sido acérrimo defensor do horário diurno numa panificação onde se têm cometido os maiores atropelos aos direitos dos trabalhadores.



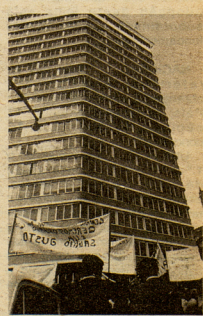
Enquanto nalguns distritos, o horário diurno foi a consagração na lei de uma prática já comum à maioria dos estabelecimentos — foi o caso de Évora e vastas zonas de Portalegre — noutros, para além de ameaças de todo o género, os patrões chegaram a empunhar çaçadeiras para coagir os trabalhadores a



abandonarem a ideia do trabalho diurno.

Por um lado, pois, os patrões escudando no horário nocturno (a contraproposta deles é pelo horário das 4 da madrugada) a concorrência nas rendas, a exploração da mão-de-obra e a falsificação de farrinhas, por outro, os trabalhadores defendendo uma conquista que o próprio Governo reconheceu como lei.

A ausência dos industriais nas conversações — (eles vão fazendo o que querem) — levou a que o sr. Orlando Rolo, adjunto do secretário de Estado do Trabalho, marcasse para o próximo dia 13 nova reunião, de que deverá sair o acordo sobre o horário de trabalho da Panificação, depois de ouvidos os Sindicatos.





ESTÃO EM JOGO 5000 POSTOS DE TRABALHO

«O Plano Siderúrgico Nacional (PSN) é o plano de expansão da Siderurgia Nacional que, em números redondos, significa mais 1 milhão e meio de toneladas de aço por ano, mais 5 mil postos de trabalho e um investimento que pode ultrapassar os 30 milhões de contos» — afirmaram os membros da Comissão de Controlo Operário, em conferência de imprensa, convocada para informar e alertar os trabalhadores em geral, de um problema que deve ser analisado por todos, mas do qual, incompreensivelmente, tem sido feito silêncio total.

Porquê? Quem está interessado em que o PSN cresça na «obscuridade» dos Gabinetes?

A Comissão de Controlo Operário, eleita em Dezembro de 1975, em Plenário Geral de Trabalhadores, acaba de apresentar à Comissão de Trabalhadores (COTRA) da Siderurgia Nacional (Séixal), um relatório que, depois de aprovado em Plenário, será tornado público e enviado aos órgãos oficiais. Nele são analisados vários problemas inerentes ao Plano Siderúrgico Nacional, um plano que, segundo a Comissão de Controlo «pesa milhões e cheira a ouro».

A Siderurgia Nacional nasceu em 1955. O investimento inicial de 2,5 milhões de contos (tendo os acionistas entrado apenas com 750 mil, elevados mais tarde para 847 mil) foi fundamentalmente financiado por obrigações do Estado e da Previdência.

Mais tarde a Siderurgia Nacional contraiu novos empréstimos junto do Banco de Fomento Nacional e da Caixa Geral de Depósitos.

«Uma das causas para a prosperidade da empresa — afirmam os trabalhadores — foi a de ter vivido de capitais alheios, públicos em boa parte, em condições altamente favoráveis».

EXPLORAÇÃO QUE VALEU MILHÕES

Os trabalhadores denunciaram que ultimamente, há quem queira insinuar que a situação deficitária da Siderurgia se deve aos trabalhadores. Porém, os que atiram para cima dos trabalhadores um prejuízo de 700 contos, esqueceram-se da exploração desenfreada da mão-de-obra a que estava sujeito o sector, de equipamentos obsoletos que ainda não foram substituídos e dos boicotes que a Siderurgia sofreu a todos os níveis.

Efectivamente, a procura do aço diminuiu no mundo capitalista em crise e para concorrer ao mercado externo foi preciso baixar os preços. No mercado interno o boicote foi mais total até ao 25 de Novembro, data em que as encomendas duplicaram. Dominado pelos grandes armazéns ligados ao Grupo Champalimaud, o mercado interno regista agora uma procura fictícia, ligada directamente ao escoamento de stocks e à especulação sobre um possível aumento do preço do aço, procura essa que a fábrica do Séixal não pode satisfazer.

A ampliação da fábrica do Séixal estava aprovada pelo Governo fascista há oito anos. O único resultado prático teve-o Champalimaud pois, à custa da

milhões! O dobro da verba anteriormente apontada!

TRABALHADORES POSTOS À MARGEM?

«Foi para mostrar a verdade aos trabalhadores, salienta a Comissão de Controlo Operário — foi para pôr em prática o controlo

que, em unidade com a Comissão de Trabalhadores (COTRA) empenhou os seus esforços pela realização dos objectivos que se propôs atingir e está certa, com o apoio de todos os trabalhadores, há-de atingir».

O eng. Cravinho, ministro da Indústria e Tecnologia do IV Governo Provisório e ex-director da



promessa da sua realização, conseguiu a manutenção do descaído proteccionismo do Estado fascista: isenção de muitos impostos, cobertura a uma política de preços visando unicamente o lucro máximo, aval para ligações preferenciais quer no comércio interno (grandes armazénistas que, como grandes intermediários, defendiam os mesmos objectivos) quer no comércio externo (matérias-primas, equipamento, etc.), etc.

É já depois do 25 de Abril que se volta a falar intensamente no plano de expansão da Siderurgia Nacional — no plano Siderúrgico Nacional. Basta recordar alguns factos.

Antes do 25 de Abril a ampliação da fábrica do Séixal estava calculada em 12 milhões de contos. Antes do 28 de Setembro falou-se muito em 120 milhões para criar empregos (200.000) e riqueza (!) dos quais 18 milhões se destinavam à ampliação. Depois do 28 de Setembro e da estrondosa derrota da coligação capitalista silenciosa-Spínola (e é bom não esquecer que foi este que cedeu o alvará a Champalimaud e se manteve administrador até partir para a «glória» de ser «herói» da criminoso guerra colonial) deixaram os grandes capitalistas de falar dos 120 milhões de contos. Os 120 milhões desapareceram! A ampliação, essa, dizia-se custar então 36

operário, foi para lutar para que o PSN, e a indústria siderúrgica portuguesa sirvam o povo que os paga, que foi eleita, pelos trabalhadores, a Comissão PSN, a Comissão de Controlo Operário,

Comissão do PSN, encarrega a Siderurgia Nacional já nacionalizada, da execução do Plano Siderúrgico. Em 27 de Outubro de 1975, o eng. Bayão Horta (secretário-geral da Empresa), passa a

QUE CRITÉRIO FOI ESTE?

Inesperadamente, o Hotel Palace de Vila do Conde reabriu em 1 de Março de 1976, depois de permanecer encerrado durante 5 anos. Como? Pois, 30 contos de arrendamento por mês e um depósito de mil contos, a cujo pagamento o Sr. Vítor Romber procedeu, de imediato, por cheque.

O que é estranho, no meio de tudo isto, é o procedimento da Companhia de Seguros Mundial, proprietária do Hotel, que de há muito vinha sendo contactada por vários trabalhadores hoteleiros da região (alguns eram mesmo ex-trabalhadores do Hotel), no sentido de, com a sua abertura, criarem postos de trabalho e aumentarem, por outro lado, o parque hoteleiro. Estes mesmos trabalhadores, para o efeito, tinham já contactado com o Ministério do Comércio Externo e com a Direcção-Geral do Turismo. Saliente-se também, que o INATEL, interessado num programa de turismo social, contactou aquela companhia,

adiantando propostas muito concretas, tanto de compra (4500 contos), como de arrendamento (13 contos mensais).

Se a actuação da Companhia de Seguros Mundial é estranha, pois ignorou tais propostas, não é menos estranha a rapidez e facilidade com que o arrendamento daquela unidade hoteleira foi feito a um retornado que só admite como hóspedes e ao trabalho, outros retornados.

Porquê só retornados? Será que o IARN, dentro do escandaloso dispêndio de verbas que se tem verificado, estará a encher os bolsos do Sr. Vítor Romber?

Segundo a Companhia proprietária, a utilização do hotel estaria condicionada a melhoramentos da ordem dos mil e oitocentos contos — o que não foi feito, não se podendo considerar portanto, a antiga categoria de 3 estrelas.

secretário-geral do PSN, formando a equipa com os engenheiros Joaquim Viseu, Miguel Afonso, Jorge Braga e Pestana. Ao mesmo tempo foi constituído um órgão «de apoio e controlo às opções de base e à execução do plano», onde tinham assento os representantes dos trabalhadores.

Os trabalhos de execução do Plano eram assim acompanhados a par-e-passo pelos trabalhadores. O mesmo não acontece agora, que o eng. Nobre da Costa (actual secretário de Estado da Indústria Pesada do Gabinete do eng. Walter Rosa, que foi, há anos, director da Siderurgia Nacional), requisitou para seu adjunto, em 2 de Fevereiro de 1976, de «uma forma incorrecta sem ouvir os trabalhadores», o eng. Bayão Horta.

«De facto, esta requisição, marcadamente política, veio dificultar ainda mais a acção da Comissão de Controlo, até porque permitiu, em assuntos considerados (por eles) «convenientes», o desvio do centro de decisão para um gabinete «ministerial».

Reafirmando que «estão em jogo 5000 postos de trabalho só para a Siderurgia, mais 1.500.000 toneladas de aço por ano e mais 30 milhões de contos» e que «depende de nós, trabalhadores, e da nossa unidade e força, que estes objectivos defendam os nossos interesses e os do povo em geral», a Comissão de Controlo Operário da Siderurgia Nacional afirma:

«Pela nossa parte estamos vigilantes e certos que com o nosso povo podemos dizer que «a verdade vem sempre à tona de água». Cá estamos para o provar».

«Contra a recuperação capitalista defenderemos a nacionalização da Siderurgia Nacional até ao limite das nossas forças, certos que a vitória será nossa».

(trabalhadores), de 2 elementos da Comissão de gestão da Mundial, do Dr. Guedes Lebre, do INATEL, de D. Lucília, pela IARN e Dr. Manuel da Rocha pela DGT, ficou decidida a abertura, a cargo da DGT, de um inquérito sobre a legalidade e condições de reactivação daquele hotel, comprometendo-se o IARN, por sua vez, a tomar pública a forma como os dinheiros estão a ser empregues.

«Queríamos pois os trabalhadores para que expliquem a explicação, pois a própria representação do IARN já cancelou várias verbas por as considerarem escandalosas e mesmo assim essas verbas vieram a ser concedidas, por portas trassadas».

Resta-nos perguntar: quem fará justiça aos trabalhadores hoteleiros desempregados, que se tinham empenhado na abertura daquele hotel? Será que o simples contacto com o Sr. Vítor Romber para ouvir quem «só recebe retornados» vale alguma coisa a esses trabalhadores? Quais os critérios e responsabilidades da Comissão de Gestão da Companhia de Seguros Mundial?

Intersindical (pelos



«PELO DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA SINDICAL DE TODOS OS JOVENS TRABALHADORES»

“Pelo despertar da consciência sindical de todos os jovens trabalhadores”, realizou-se no passado sábado, dia 10 de Abril, um Encontro dos Jovens Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacéuticos. O Encontro, que teve lugar no Pavilhão de Minas do Instituto Superior Técnico, contou com a participação de largas dezenas de jovens trabalhadores que, durante praticamente todo o dia, se debruçaram sobre os problemas que não só afectam a sua classe, como todos os trabalhadores em geral.

Elaborados por três grupos de jovens, foram apresentadas aos participantes as seguintes teses: a Juventude na Empresa, a Juventude e o Sindicato e a Juventude e os Tempos Livres.

No decorrer da análise e discussão da Ordem de Trabalhos, por diversas vezes foi salientado que, naturalmente, os problemas dos jovens trabalhadores jamais poderão desligar-se dos problemas mais gerais do Povo trabalhador, constatando-se, por outro lado, a necessidade de despertar a Juventude para as tarefas do Movimento Sindical.

A JUVENTUDE NA EMPRESA

Relativamente à primeira tese, elaborada por um grupo de jovens trabalhadores da Sociedade Industrial Farmacéutica, salienta-se logo no início: “O sector da Indústria e Comércio Farmacéuticos, situado nos primeiros lugares das indústrias mais lucrativas, fortemente dominado pelas sociedades multinacionais, apresenta para os trabalhadores problemas característicos. As multinacionais instalaram-se no nosso País, como em outros países subdesenvolvidos, porque as condições existentes permitiam a super-exploração dos trabalhadores, mercê dos baixíssimos salários e das péssimas condições de trabalho. Também a juventude sente, desde há muito, o que é a exploração capitalista, e causada por esta, sofre graves prejuízos para o seu desenvolvimento físico, intelectual e cultural”.

Como é do conhecimento geral, o

trabalho feminino é preponderante na Indústria Farmacéutica sendo, por essa razão, motivo da seguinte análise: “Recordando à mão-de-obra feminina, mais barata, o capitalismo reduziu a mulher à condição de escrava, através duma exploração feroz, exploração que aproveitou o lugar tradicionalmente reservado à mulher: a casa. Vivendo uma tradição de doméstica, completamente desligada dos circuitos de trabalho assalariado, permanentemente ocupada com as tarefas da casa, surge no mercado de trabalho como uma benção do céu para o patronato explorador. Obrigada, pelo insuficiente salário do companheiro, a vender a sua força de trabalho, a mulher passou a ser alvo duma dupla exploração. Nos locais de trabalho, sofrendo discriminatoriamente uma exploração superior à do homem, e em casa, mantendo uma actividade ainda mais dura”.

Conclui-se, um pouco mais adiante, que “através do trabalho, da sua participação no colectivo da empresa, a mulher se

consciencializa e passa colaborar na construção da sociedade”.

A questão salarial, abordada de forma bastante sumária, também mereceu a atenção dos participantes deste Encontro, concluindo-se que os jovens trabalhadores continuam a ser vítimas de discriminação, já que, em muitos casos, a trabalho igual não corresponde salário igual”.

As condições de trabalho na Indústria Farmacéutica, por seu turno, são consideradas, “de um modo geral más”. Salienta-se que “a toxicidade e as alergias vitimam principalmente as mulheres” que “proccemente envelhecidas, são muitas vezes lançadas no desemprego, muito antes de atingir a idade de reforma”.

Após serem abordados os problemas referentes a refeitórios e à formação profissional, as dificuldades levantadas aos trabalhadores-estudantes são analisadas nos seguintes termos: “Privados de acesso ao ensino, apenas acessível aos filhos da burguesia, muitos trabalhadores procuram mais tarde, em condições bem difíceis, aumentar oficialmente os seus conhecimentos. As facilidades concedidas por lei aos trabalhadores-estudantes raramente são cumpridas pelo patronato”.

Por fim lembra-se: “Partindo com coragem, energia e audácia na luta geral dos trabalhadores, pela satisfação de reivindicações necessárias à elevação do seu nível de vida, a juventude contribuirá para a vitória final das classes trabalhadoras”.

A JUVENTUDE E O SINDICATO

Por seu turno, um grupo de jovens trabalhadores do Instituto Luso-Farmacó, ao elaborar a 2ª tese, debruçou-se sobre o tema, “A Juventude e o Sindicato”. Assim, em

JOVENS TRABALHADORES NA REVOLUÇÃO

dado passo declara-se ser “necessária a participação da juventude na defesa das conquistas já alcançadas, bem como na luta por melhores condições de trabalho nas empresas”, alertando-se um pouco mais à frente: “Camaradas e amigos não nos devemos deixar iludir por processos divisionistas, devemos sim é defender as conquistas alcançadas, não deixar que sejam destruídas as Comissões de Trabalhadores nos locais onde já existem. Assim é necessário que:

— Se lute por melhores salários, conforme o aumento do custo de vida.

— Se lute contra as discriminações, por motivo de idade ou sexo.

— Se lute pela criação de condições que permitam extinguir o trabalho juvenil.

— Se lute contra o desemprego no período pré e pós militar.

— Se lute por melhores condições de segurança, sanitárias e de higiene.

— Se lute pela criação de C. T. e D. S. onde não existam”.

Dever-se-á, igualmente, “lutar pela sindicalização de todos os jovens trabalhadores para assim poderem tomar parte activa no debate dos seus problemas”, concluindo-se que “para a resolução dos problemas específicos é necessário que se crie dentro do Sindicato grupos de trabalhadores que depois, por sua vez, promoverão contactos com trabalhadores jovens ou não, de empresas que não têm Delegados Sindicais”.

A JUVENTUDE E OS TEMPOS LIVRES

A Juventude e os Tempos Livres foi a última tese a ser discutida, tendo sido elaborada por jovens trabalhadores de diversas empresas, nomeadamente Laboratórios Botelho e Rodrigues, Iberquili, SIF, Fidélis, MSD e Sigma.

“Os jovens, mais do que ninguém, estão interessados numa ocupação dos tempos livres que se enquadre no desenvolvimento e evolução da sociedade em que estão integrados”, declara-se em dado passo. “No entanto — acrescenta — mais adiante — as solicitações e os vicios que

caracterizam as sociedades capitalistas são um sério obstáculo a um desenvolvimento sadio da juventude em todos os campos da actividade humana”. A propósito, foi lembrado por diversas vezes durante este Encontro que as publicações de carácter pornográfico, bem como a droga, constituem poderosas armas do capitalismo utilizadas com o fim exclusivo de desviar a Juventude dos seus problemas reais.

Definindo-se a ocupação dos tempos livres dos jovens trabalhadores em dois pontos, Saúde e Desporto, e Cultura e Ensino, para o primeiro destes aspectos — Saúde — são apontados diversos objectivos a atingir, dos quais destacamos:

— Criação de uma eficiente previdência e assistência médica e medicamentosa, e social, principalmente às jovens trabalhadoras no período pré e pós parto e adequados subsídios.

— Criação de creches infantárias nas empresas onde o número de jovens mães o justifique;

— Habitação digna e uma renda compatível com o orçamento familiar do jovem casal.

No campo do Desporto reivindicava-se, de um modo geral, a criação de grupos e instalações desportivas, recreativas e culturais, não só nas empresas, como nas cidades e nos campos, apontando-se, por outro lado, para a formação de comissões desportivas jovens que, “em estreita colaboração com as comissões de moradores e de trabalhadores desenvolvem e dinamizam as massas trabalhadoras para a prática desportiva”.

No domínio da cultura e ensino constitui reivindicação fundamental a “redução no trabalho de duas horas diárias ou 10 horas semanais ao critério do trabalhador-estudante, pagas pela empresa”.

A criação de um Estatuto do Trabalhador-Estudante, a proibição efectiva do trabalho aos menores de 14 anos, o direito a dois dias de folga, e o dia de exame, sem perda de salário e o impedimento da nomeação e colocação de professores com responsabilidade no regime fascista, constituem, entre outros, mais alguns dos objectivos a alcançar.

Estes os principais direitos reivindicados pelos participantes deste Encontro, ao aprovarem as



conclusões da primeira tese por maioria com duas abstenções, e as restantes teses por unanimidade.

As conclusões serão entregues à Direcção do Sindicato que tratará de as utilizar da forma mais adequada.

Antes do final do Encontro, uso da palavra um camarada jovem metalúrgico que, desta forma, expressou a solidariedade da sua classe para com os trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacéuticos.

Também o camarada Andrade, membro do Secretariado da Intersindical Nacional, usou da palavra, tendo declarado:

CAROS CAMARADAS:

Em nome da Central Única dos Trabalhadores, a Intersindical Nacional, quero apresentar-vos as nossas fraternais saudações pela realização do encontro dos jovens da Indústria do Comércio Farmacéutico.

Camaradas, nunca será de mais frisar que a juventude quando unida e organizada contribui decisivamente na luta que as classes trabalhadoras mantêm contra os exploradores.

Os avanços da direita, após os acontecimentos do 25 de Novembro, obrigam-nos, mais do que nunca, a cerrar fileiras e a reforçar as nossas organizações

unitárias-comissões de trabalhadores, comissões sindicais, sindicatos, uniões e federações e a própria Intersindical.

Só assim poderemos responder com firmeza e eficácia e eficiência às investidas dos capitalistas nacionais e internacionais que recorrem a todo o tipo de manobras sempre na mira de dividir os trabalhadores e assim, enfraquecer o movimento sindical.

No campo da unidade entre os trabalhadores podem os camaradas aqui presentes desempenhar um importante papel, dado que os jovens reúnem naturalmente condições favoráveis para as tarefas unitárias.

As acções da direita visam de imediato atacar as principais conquistas revolucionárias do Povo Português, como por exemplo as nacionalizações, a reforma agrária e a consagração legal do princípio da unidade sindical.

Estamos certos que os trabalhadores saberão bater-se até às últimas consequências pela defesa intransigente dessas conquistas.

Parte importante dessa luta cabe aos jovens trabalhadores

que disso também estamos certos, saberão corresponder sem hesitações empenhando a sua tradicional generosidade e força revolucionária nessas importantes tarefas.

Esperamos que este encontro possa servir de experiência para iniciativas semelhantes.

Será assim, à volta de tarefas concretas, que reforçaremos a nossa unidade e ganharemos a força necessária para obrigar o patronato a ceder nos direitos e regalias sociais que nos foram roubados durante tantos anos.

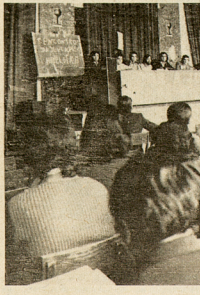
Não queremos que continuem a manter-se as discriminações existentes, por isso apelamos para que no mais curto espaço de tempo se leve à prática as conclusões deste encontro.

Para terminar, desejava fazer um apelo a todos os jovens, camaradas aqui presentes. É necessário que todos os jovens se encontrem sindicalizados. Para isso contamos com a vossa ajuda, incentivando essa acção.

— EM FRENTE POR SINDICATOS MAIS FORTES
— PELO FIM DAS DISCRIMINAÇÕES
— VIVA O MOVIMENTO SINDICAL UNITÁRIO
— VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

UNIR A JUVENTUDE CONTRA A EXPLORAÇÃO

Sob o lema «Unir a Juventude Contra a Exploração», o Secretariado do Grupo Cultural, Desportivo e Sindical da Juventude



Hoteliaria, que se empenhou já em várias tarefas de ordem cultural (biblioteca e cinema) e desportiva (torneio de futebol), apresentou ao Encontro algumas reflexões sobre os temas da Juventude na empresa, sua organização e aproveitamento dos tempos livres.

Referindo que aquele grupo «nasceu da iniciativa de um núcleo de trabalhadores, movidos pelas necessidades mais prementes» dos jovens do sector «que a sociedade incompreensivelmente teima em esquecer — aos jovens cabe o papel principal na construção de uma sociedade mais justa, onde exista a igualdade (de oportunidade) para todos sem excepção — foi afirmado: «Preconizamos com a nossa acção, oferecer um ambiente de sa camaradagem aliado a iniciativas de carácter construtivo».

A JUVENTUDE NA EMPRESA

«Dos problemas profissionais com que a juventude na hotelaria se debate, ainda hoje dos mais graves, são as discriminações várias, nomeadamente os salários e as reclassificações», afirmou-se. Efectivamente «o jovem ao entrar para a empresa fica sujeito ao critério da entidade patronal no que respeita à sua categoria e nas futuras reclassificações, chegando a permanecer vários anos nas primeiras categorias».

Tendo em conta que cerca de 100% dos jovens começaram a trabalhar antes dos 14 anos, foi ainda analisado o problema da idade, medicina, higiene e segurança no trabalho.

Com especial relevo, foram tratados ainda os pontos referentes à formação profissional e os problemas com que se debatem os trabalhadores estudantes do sector, sendo reivindicada a frequência, sem perda de vencimento, dos cursos de formação ou aperfeiçoamento profissional e por outro lado, redução de horários até duas horas diárias, ou dez semanais, para a frequência de escolas.

Nesta mesma secção foram ainda debatidos problemas ligados aos períodos pré e pós serviço militar.

ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE

«É necessário que a juventude participe na defesa abnegada das

conquistas já alcançadas, bem como na luta pelo melhoramento das suas condições de trabalho nas empresas. Há, no entanto, muitos camaradas mais velhos que não compreendem o trabalho da juventude e que de uma forma sectária impedem ou dificultam a



participação dos jovens nas actividades organizadas nas empresas.

Todavia os verdadeiros obstáculos à nossa actividade, são levantados pelo patronato que procura, por todos os meios, impedir a nossa organização dentro das empresas e perpetuar a exploração de que somos vítimas».

Ao mesmo tempo que os jovens reivindicam a participação, sem qualquer discriminação, nos órgãos representativos dos trabalhadores, eles vão-se dedicar também às tarefas de organização sindical pois no sector de hotelaria, como em quase todos os outros sectores, «os de idade mais baixa e que se encontram submetidos a maior exploração, são os que estão mais afastados da sindicalização, quer pelo menor grau de consciencialização, quer porque durante muitos anos o fascismo proibiu a sua sindicalização».

JUVENTUDE E TEMPOS LIVRES

«Os jovens ao começarem a trabalhar demasiado cedo, é-lhes quebrado o incentivo de participarem na cultura, no desporto ou outras actividades» — esta uma das duras realidades que os jovens vão procurar combater, superando as dificuldades herdadas de um regime em que só as classes privilegiadas é que tinham acesso ao desporto e à cultura.

«Para que os jovens não fiquem privados de actividades ou afectados no desenvolvimento físico e psíquico da sua personalidade, devem ser criadas condições, quer nas empresas, quer nas organizações oficiais, para a prática de actividades desportivas, culturais e recreativas, sem qualquer discriminação para o jovem trabalhador».

Estes temas enriquecidos já por diversas propostas, saídas deste Encontro, serão postos novamente à consideração dos jovens numa segunda fase, em data ainda a estabelecer.

Os delegados sindicais devem pelo empenhar-se na divulgação e crítica destas teses para melhor se encontrar o caminho a seguir pelos jovens hoteleiros, na sua luta comum contra a exploração a que sempre os submetem.

JOVENS TRABALHADORES DA HOTELARIA



Segundo uma proposta que mereceu o apoio geral, os jovens hoteleiros, que tiveram o seu 1.º Encontro no passado dia 11, nas instalações do Instituto Superior Técnico, voltarão a reunir-se em novo Encontro (2.ª fase), pois consideraram o número de presenças com escassa representatividade «para a discussão e análise das teses e conclusões que este 1.º Encontro se propôs apresentar».

Efectivamente e tal como um dos membros do Secretariado nos confiou, o elevado número de Encontros privados e outros que tiveram lugar neste fim de semana, devem ter contribuído para as poucas presenças que o Encontro registou.

Mesmo assim, não se dispensaram os jovens hoteleiros de estudar e aprofundar as teses que deverão reflectir os problemas e objectivos dos jovens trabalhadores daquele sector.

Organizado pelo Grupo Cultural, Desportivo e Sindical da Juventude Hoteliaria, o Encontro, que visava pôr a claro as reivindicações específicas da juventude, foi secundado pela Direcção do Sindicato na Hotelaria, restaurantes, turismo e similares do Sul, que assim saudou os jovens presentes no Encontro:

«Sentimo-nos felizes ao verificarmos que a nossa luta, iniciada logo de imediato ao derrubamento do fascismo, por um sindicato onde os trabalhadores encontram o seu melhor defensor e onde pudessem participar e controlar toda a sua vida interna, continuará com a vossa combatividade e consciência de classe».

O Encontro foi saudado ainda pelo Sindicato dos Hoteliários do Porto, pelos Jovens Metalúrgicos de Lisboa e pela Intersindical Nacional que fez vincar o papel da juventude na unidade dos trabalhadores. «No campo da unidade entre os

trabalhadores podem os camaradas aqui presentes desempenhar um importante papel, dado que os jovens reúnem naturalmente condições favoráveis para as tarefas unitárias.

As acções da direita visam de imediato atacar as principais conquistas revolucionárias do Povo Português, como, por exemplo, as nacionalizações, a reforma agrária e a consagração legal do princípio da unidade sindical.

Estamos certos que os trabalhadores saberão bater-se até às últimas consequências pela defesa intransigente dessas conquistas.

Parte importante dessa luta cabe aos jovens trabalhadores que, disso também estamos certos, saberão corresponder sem hesitações empenhando a sua tradicional generosidade e força revolucionária nessas importantes tarefas».



Será da maior conveniência para os trabalhadores encontrar formas viáveis de colocar o pequeno comércio não contra as novas estruturas de comercialização na medida em que poderá igualmente ser ajudado a defender-se dos grandes latifundiários especuladores.

EM FRENTE COM UMA GRANDE CAMPANHA DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA EM PORTUGAL

A feroz ofensiva reaccionária contra a Reforma Agrária põe em grave perigo não apenas as importantes conquistas dos trabalhadores da terra mas também as de todos os trabalhadores portugueses.

Bater essa ofensiva e reacção é tarefa principal de todos os que trabalham, de todo o Povo Português, consolidar as conquistas alcançadas, impedir o avanço capitalista, barrar o caminho ao fascismo. Uma das formas mais eficazes de bater a reacção é defender a Reforma Agrária, é criar condições para o avanço impetuoso do processo produtivo e revolucionário dos trabalhadores do campo no nosso País; é arrancar com todo o processo económico nacional, sob o controlo dos trabalhadores, partindo de um impulso decisivo ao equipamento e à produção dos campos.

Assim, é do maior interesse nacional e de todos os trabalhadores portugueses levar a efeito uma Grande Campanha de Apoio à Reforma Agrária, que seja uma força imparável de impulso decisivo, controlado pelos trabalhadores e, conseqüentemente, ao processo revolucionário, a caminho do Socialismo.

Usaram seguidamente da palavra vários oradores representantes de diversas Unidades Colectivas de Produção, Cooperativas Agrícolas e Sindicatos, que apresentaram os problemas com que se debatem e que apontaram a necessidade urgente de todos os trabalhadores portugueses apoiarem, efectivamente, a Reforma Agrária.

No decorrer do Plenário, foi lido o documento "Reforma Agrária com aumento de produção", apresentado pelo Secretariado da Interindustrial Nacional, que transcrevemos em seguida, chamando a atenção dos nossos leitores para os quadros estatísticos, nele contidos.

REFORMA AGRÁRIA COM AUMENTO DA PRODUÇÃO

"Desde o seu início em Fevereiro de 1975, a Reforma Agrária conduziu pelos trabalhadores do campo as mudanças agrícolas e camponeses pobres, originou o maior furor não só dos grandes agrários atingidos nos seus gordos privilégios mas de toda a reacção.

Os trabalhadores em luta pela Reforma Agrária, de Sul ao Norte do País, não são apenas atacados a cacetada, a tiro ou à bomba. São assados de ladões de terra, de gados, de máquinas, de produtos, quando muito disto é vendido ou passado directamente ao estrangeiro pelos grandes agrários. Os grandes senhores da terra, tal como os grandes industriais, sabotam a produção, fazem largos créditos e põem-nos fora do País em vez de semearem as terras.

Entretanto acusa-se os trabalhadores de originar a baixa das produções, o caos económico, o abate de gados para comer, a venda de máquinas, etc., etc.

São graves calúnias e não poucas acusações. Também não são frequentes ataques directos e especialmente violentos às Herdades Colectivas ou pequenas explorações, com rações de arranque de culturas, poças e casas, gados mortos a tiro, assim como cortes nos fornecimentos de créditos para salários, para máquinas, para gados e para obras, sabotagem nos fornecimentos de sementes, da adubos, de rações.

Entretanto tudo isto, com muito trabalho, vigilância e privações, os trabalhadores estão a realizar uma Reforma Agrária verdadeiramente singular: uma Reforma Agrária com acréscimo de produção.

Para isso, os trabalhadores do campo tiveram o apoio decidido dos trabalhadores da cidade: operários e empregados das indústrias e do comércio de máquinas, de adubos, de rações, de transportes e serviços. Foram os históricos encontros de Montlito e do

Barelleiro, em Outubro de 1975. Esta forte solidariedade de classe, entre os trabalhadores da cidade e do campo, é outra das características essenciais do processo da Reforma Agrária em Portugal.

Referem-se a seguir apenas alguns exemplos dos resultados obtidos pelos trabalhadores na sua decidida batalha da produção.

2. Na época de culturas cerealiíferas de 1974-75, ainda com os agrários não expropriados e a oporem-se vivamente à iniciativa dos trabalhadores, já estes alcançaram as maiores produções dos últimos 10 anos, libertando o País dos altos dispêndios com importações.

O próprio Instituto Nacional de Estatística veio a confirmar esse grande triunfo que a reacção tanto faz por esconder:

PRODUÇÃO DE CEREIAS

Produtos	Décenio		Anos	
	1966-75	1973-74	1974-75	1975-76
Trigo-ton.	583 293	533 603	685 867	
Aveia-ton.	96 993	99 141	126 629	
Cevada-ton.	69 599	74 524	93 670	
Azeite-hectolítros		458 000	526 000	542 000

AUMENTOS DE PRODUÇÃO

Produtos	De 1975 em relação a 1974 (%)		De 1975 em relação à média do decénio (%)	
Trigo	+28,5	+17,6		
Aveia	+27,7	+30,6		
Cevada	+25,7	+34,6		

3. Na época de sementeiras de 1975-76, já após haver mais de um milhão de hectares de terras em Unidades Colectivas de Produção, registou-se um novo impulso decidido nas áreas de sementeira.

ÁREAS SEMEADAS COM CEREIAS (hectares)

Produtos	Décenio		Anos	
	1966-75	1973-74	1974-75	1975-76
Trigo	482 935	461 646	483 706	565 034
Aveia	171 999	170 596	177 553	187 998
Cevada	95 089	93 540	104 200	119 037

ACRÉSCIMO DE ÁREAS SEMEADAS

Produtos	De 1974 em relação a 1973 (%)		De 1975 em relação a 1974 (%)	
Trigo	4,8	16,8	17,0	
Aveia	4,0	5,8	9,3	
Cevada	11,4	14,2	25,1	

Indicam-se as áreas semeadas, pois que ainda não existem as colheitas de Primavera-Verão de 1976.

4. Um primeiro balanço de progressos realizados pelos trabalhadores das dez primeiras Unidades Colectivas de Produção do concelho de Santiago do Cacém, distrito de Setúbal, revelou os seguintes números:

SITUAÇÃO EM 10 UCP DE SANTIAGO DO CACÉM

	Final de 1974	Final de 1975
Área semeada (ha)	1.140,5	3.159
Gado total (cabeças)	1.577	6.880
Tractores	16	54
Trab. permanentes	57	42

Daqui sobressai uma realidade comum à generalidade da área colectivizada, logo no primeiro ano de Reforma Agrária: Grandes acréscimos em:

- área semeada
- número de cabeças de gado
- número de tractores
- número de trabalhadores permanentes.

Ponto importante é a completa desapareção do desempenho total ou sazonal, onde ele era um dos mais graves problemas dos trabalhadores.

Por outro lado há que salientar que além de os gados terem aumentado em número de cabeças, na generalidade os gados estavam a morrer de fome, velhos e doentes, ao passarem ao controlo dos trabalhadores; e ao cabo de pouco meses, com selecção de efectivos e

melhor tratamento, os gados encontram-se aumentados também em peso.

5. A Cooperativa Agrícola de Casabres, em Alcaide do Sal, constituiu-se em 1975. Um ano depois apresentava o seguinte confronto: MAPA 3

Há dezenas de anos que a população de Casabres, ansiosa e reclama pela barragem na ribeira de S. Martinho e outras obras hidráulicas que poderão regar cerca de 1000 hectares das boas terras agora integradas nesta Unidade Colectiva de Produção e ajudar a transformá-la numa unidade modelo. Não parando o trabalhar todos os trabalhadores ainda residentes na povoação, alguns dos quais ainda forçados a ir dezenas de quilómetros em busca de trabalho, assim como as muitas centenas de naturais de Casabres que tiveram de emigrar para o estrangeiro". Seguidamente, alguns dos delegados presentes neste Plenário usaram da palavra para se debruçarem na análise destes documentos.

Procedeu-se, em seguida, à leitura de mais um texto elaborado pelo Secretariado da Interindustrial Nacional, que ilustra um dos múltiplos aspectos do saque económico praticado pelos agrários.

Pelo interesse de que se reveste transcrevemo-lo na íntegra. 1. "Sempre foi comportamento generalizado dos grandes agrários, a partir do 25 de Abril de 1974, uma sabotagem económica sistemática.

Desde fins de 1974 acentuaram ainda mais o saque das herdades, procurando

próprios meios de produção e deixam calcos fenomenais à banca, às Casas de Previdência, a pequenas e grandes empresas em perigo de encerramento e de despedir os seus trabalhadores; dividias aos próprios trabalhadores.

E depois vêm certos senhores falar ao País sobre a nina da banca e das empresas, atribuindo as culpas às nacionalizações ou aos trabalhadores. A culpa não será antes de quem dá instruções para facilitar a movimentação das contas desses senhores, para consumir as reservas de ouro e que tanto se esforça em impedir créditos financeiros no estrangeiro, para de novo emprestar a esses sabotadores?

Os órgãos da informação, pagos pelo povo, não devem ser usados para mentir, mas há precisamente quem os monopoliza para impedir que neles se revele a verdade, toda a realidade do país, e em especial a que se faz contra os interesses dos trabalhadores, como é o caso das enormes dividias dos agrários.

2. Para ilustrar um tanto mais os actos de rapina poderão tomar-se exemplos de dividias de alguns agrários: somente 14 do distrito de Santarém tem dividias que no presente a soma de 238 mil contos.

Entre eles contam-se: ● Herdeiros de Francisco Ribeiro,

MAPA 3 COOPERATIVA AGRÍCOLA DE CASABRES	1-3-75		1-3-76	
CULTURAS	Trigo (ha)	90	230	
	Cevada (ha)	3	100	
	Aveia (ha)	3	39	
Primavera	Arroz (ha)	20	70	
	Milho (ha)	2	100	
	Tomate (ha)	3	30	
	Alqueives (ha)		500	
GADO:	Ovinos	300	1.000	
	Vacas	100	150	
	Bezerros	4	64	
	Suínos	-	87	
TRABALHADORES PERMANENTES	6-10	150		

levar delas quanto podiam; não apenas produtos, mas também gados, máquinas e outros meios de produção. Algumas herdades ficaram completamente devastadas, sem uma única alfaia: a TV chegou a mostrar ao País um dos casos, o da Herdade de Corte Condeça, em Beja.

Ainda agora, mesmo em herdades já há muito expropriadas e com as Unidades Colectivas reconhecidas em "Diário do Governo", múltiplos agrários andam por herdades dessas a abater florestas em proveito próprio, a levantar gados e máquinas, a título de "indemnização". Noutros casos, os trabalhadores entregam produtos a o valor respectivo e passado para a conta de agrários expropriados. Há ainda muitas outras manobras para fazer passar para as mãos dos antigos senhores da terra, já expropriados, o máximo dos valores que o país é mais unicamente criado pelo duro esforço dos trabalhadores do campo. Além do mais isto contraria gravemente as leis de expropriação e o princípio de que, a haver indemnizações, serão exclusivamente pagas pelo Estado e em papel.

Na enorme área de latifúndios ainda por expropriar, incluem-se as enormes Herdades da Comporta, de Rio Frio, de Barroinha e muitas outras. Antes do 25 de Novembro houve ali extraviado de gados, de máquinas, de fundos, etc., que originam até processos de ração e mandatos de captura. Actos desses, com grandes cortes totais de floresta, estão ali em curso. Quanto mais tempo essas herdades ficarem nas mãos de autênticos sabotadores, maior será a devastação.

Por outro lado, é pretérito para receberem grossos créditos que alegam ser para investir na produção, mas que usam sobretudo para juntar aos milhões de contos que já passara para o estrangeiro. Entratando, cresce o desemprego nessas herdades, onde impera a falta de cultivo e de criação de gados.

Há meses, tomaram-se decisões para bloquear as contas desses grandes agrários sabotadores, a fim de os obrigar a pagar as enormes dividias que deixam por todo o lado: safam os produtos e os

Cartão: o total de mais de 88 mil contos, dos quais mais de 3600 a vários fornecedores e o resto a 8 bancos.

● Herdeiros de José da Silva Lico, Aljezur: um total de quase 30 mil contos, em diversos bancos, casas comerciais e 379 contos às Caixas de Previdência e 414 contos aos trabalhadores.

São apenas dois exemplos em 14, mas há centenas de nestes Pais a bem mais graves".

Já durante a noite, foram lidas Moções apresentadas por diversos Sindicatos que foram aprovadas pelos delegados presentes.

Também uma Proposta conjunta dos Sindicatos Agrícolas de Beja, Évora, Portalegre, Lisboa e Setúbal, relativa aos Estatutos que regerem o Fundo de Apoio à Reforma Agrária (FARA) foi lida e aprovada.

Eis o teor dessa proposta.

1. "CRIAÇÃO, OBJECTIVOS GERAIS, CARÁCTER

A criação do Fundo de Apoio à Reforma Agrária — FARA — é considerada a partir do mês de Abril de 1976. Tem Estatuto próprio.

O objectivo central do FARA consiste em prestar todo o possível apoio financeiro aos trabalhadores dos campos em luta pela concretização do programa da Reforma Agrária que vêm defendendo, devendo actuar apenas em complemento do apoio que ao Estado cumpre facultar e para atenuar os aspectos mais graves das falhas e deficiências do serviço estatal. Os adiantamentos do FARA destinados ao fomento da produção agrícola deverão ser considerados recuperáveis, visto que ao Estado cabe toda a responsabilidade por esse apoio financeiro que assume carácter prioritário na actual fase do processo de desenvolvimento económico e social do País.

2. ORIGEM DE RECURSOS

Os recursos do FARA são formados a partir das contribuições de quem quer que

«PARA O REFORÇO DA UNIDADE E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES»

"Cada vez é mais notória a ofensiva das forças reacçãoárias e fascistas contra as conquistas do nosso povo. Mas ainda maior, mais firme e decidida, é a determinação das massas trabalhadoras de se lhe oporem, em defenderem as liberdades e a democracia. Esta determinação será tanto maior e mais eficaz, quanto mais sólida for a nossa unidade, mais forte e coesa a nossa organização. O reforço da unidade e organização dos trabalhadores, pela defesa das liberdades e da democracia constituem, por isso, os objectivos centrais deste nosso Encontro", declarou Manuel Candeias no início da sessão de abertura de Encontro de Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores do Distrito de Lisboa, realizado no passado, dia 10, na Voz do Operário. Este Encontro, organizado pela União dos Sindicatos de Lisboa, vários Sindicatos (Cerâmica, Const. Civil, Metalúrgicos, Químicos, Rodoviários e Vidreiros), Secretariado provisório Pró-Nacional dos Trabalhadores da Construção Civil, Empresas em Autogestão, e ainda a Comissão Coordenadora do Grupo Cuf, contou com a participação de largas centenas de trabalhadores (675).

Manuel Candeias após referir a ligação existente entre as CTs e os Delegados Sindicais pois, "embora as tarefas de cada uma destas organizações sejam específicas não se contradizem, nem se excluem, completam-se" chamou a atenção para "os nossos inimigos de classe, os inimigos do povo português e da democracia, levantam a voz e pretendem impor as suas leis que põem em causa o exercício das liberdades democráticas e sindicais" e a própria vida de militantes de esquerda, caso do assassinato em Vila Real de dois jovens "um dos quais candidato a deputado às próximas eleições para a Assembleia da República".

A finalizar disse: *Camaradas: uma das nossas tarefas essenciais é lutar por um Governo de esquerda que, identificado com os nossos interesses e que acompanhando a nossa luta, levará à prática uma política progressista, capaz de manter as liberdades, assegurar as conquistas revolucionárias, resolver os graves problemas da nossa economia e do nosso Povo e permitir o avanço a caminho do socialismo. Para isso, aqui estamos e esperamos que este Encontro seja mais um contributo para a concretização dos nossos objectivos".*

Antes da abertura dos trabalhos falou ainda Adérito Catalão, membro do Secretariado da Intersindical Nacional: "Em nome do Secretariado da Intersindical Nacional, quero saudar, calorosa e fraternalmente, os delegados sindicais e comissões de trabalhadores, presentes neste Encontro e, por seu intermédio, os trabalhadores em geral. Estamos certos de que, os trabalhos que se irão iniciar logo após esta sessão de abertura, decorrerão da melhor maneira, permitindo debates úteis e proveitosos que, com certeza, apontarão soluções concretas e possíveis para os problemas com que se debatem, neste momento, os trabalhadores e suas organizações.

"Estamos certos, também, que este Encontro, traduzirá, de forma inequívoca a grande capacidade de iniciativa e organização dos

trabalhadores aqui representados."

A finalizar, chamou a atenção para a "ofensiva das forças da direita" que implica que "da parte das organizações dos trabalhadores, haja uma definição muito clara das tarefas imediatas que se impõem, que não podem deixar de passar pela defesa firme das conquistas alcançadas e por uma política de acção unitária que reforce a capacidade de luta das massas trabalhadoras. O êxito dessa luta, depende, fundamentalmente, da acção dinamizadora a desenvolver pelas organizações de trabalhadores. Temos a certeza que isso será conseguido. Unidos e Organizados Venceremos."

Durante o decorrer da alocução de Manuel Candeias foi ouvido um minuto de silêncio pela morte dos dois jovens militantes antifascistas.

Após o encerramento da sessão de abertura, os trabalhadores iniciaram os debates na III Secção.

ORGANIZAÇÃO NA EMPRESA ORGANIZAÇÃO REGIONAL

A I Secção debruçou-se sobre a "Organização na Empresa" e "A Organização Regional".

Constatou-se que "a experiência da organização dos trabalhadores na empresa é muito vasta, rica e multifórmica. Assenta na luta que os trabalhadores desenvolvem e desenvolvem pela defesa dos seus interesses e pelo advento de uma sociedade sem exploradores nem explorados. As formas de organização do movimento operário e sindical a nível de empresa tem raízes, em muitos casos, na luta dos trabalhadores durante o regime fascista, assim como não podia deixar de ser muito influenciada pelo curso que o processo revolucionário conheceu depois do 25 de Abril e do derrubamento da ditadura fascista".

Como formas de organização de empresa temos: "O Movimento Sindical (Delegados Sindicais, Sindicatos Sindicais, Comissões Intersindicais, Comissões de Intersindicais); as Comissões de

Trabalhadores (ainda que, por vezes, com nomes diversos, como *Conselhos de Defesa dos Trabalhadores, Comissões de Unidade dos Trabalhadores, etc.*) e ainda "as Comissões de Controlo Operário como organização distinta das restantes estruturas do movimento operário na empresa. Os trabalhadores que fazem parte destas estruturas são em geral eleitos nos respectivos locais de trabalho, ou por todos os trabalhadores da empresa (no caso das Comissões de Trabalhadores) ou pelos trabalhadores sindicalizados (no caso dos Delegados e Comissões Sindicais ou Intersindicais, embora seja prática corrente a eleição dos órgãos Sindicais de empresa por todos os

tarefas que cabem a cada uma destas Organizações.

Assim, "ao Movimento Sindical cabe fundamentalmente a defesa dos interesses económicos, sociais, culturais, morais, políticos, comuns aos trabalhadores. A acção do Movimento Sindical dirige-se, normalmente, à defesa de interesses das massas trabalhadoras em âmbito mais vasto do que o da empresa. Ou esses interesses dizem respeito ao conjunto dos trabalhadores portugueses representados pela sua Central Sindical—a Intersindical Nacional—ou de qualquer forma abrangem os trabalhadores de grandes sectores de actividade económica representados pelos Sindicatos e Federações (tentência que se

em condições de melhor reflectir os condicionamentos existentes a nível de empresa e daí que seja de prever que, por muito tempo, continuem a ter intervenção na luta reivindicativa económica, tarefas que melhor quadrariam, teoricamente, aos Sindicatos.

Sendo estruturas mais simples e maleáveis, inteiramente autónomas e só dependentes da vontade dos trabalhadores da empresa, sejam ou não sindicalizados, estão em condições de promover na prática a unidade dos trabalhadores, melhor do que em certos casos os Sindicatos o podem fazer.

Assim, podem desenvolver "tarefas designadamente de ordem política, (contra a recuperação capitalista, contra as medidas



trabalhadores, sejam ou não sócios dos Sindicatos)". Foi ainda salientado o facto de as actuais Comissões de Trabalhadores e Delegados Sindicais não serem "inteiramente uma criação do processo revolucionário iniciado no 25 de Abril de 1974", mas antes corresponderem "a formas de organização experimentadas pelos trabalhadores e provadas com êxito durante a ditadura fascista". Foi, também, referida a acção destas formas organizativas antes e após o 25 de Abril.

MOVIMENTO SINDICAL COMISSÕES DE TRABALHADORES

Na subsecção "Campos de Actividade das Comissões de Trabalhadores e da Organização Intersindical, Comissões de Empresa e Cooperação entre elas" o texto-base apontava as

acentuas com a verticalização), ou de certas profissões no caso dos Sindicatos de profissão ou de certas zonas geográficas, ou circunscrições administrativas no caso das unidades Locais e Regionais. Mas esse facto não conduz a que o Movimento Sindical deixe de se organizar a nível de empresa. Pelo contrário, a criação de estruturas de empresa (Delegados e Comissões Sindicais e Intersindicais) é condição do reforço da implantação sindical nas massas trabalhadoras e de força e eficácia do Movimento Sindical".

Foi assim apontado como uma das tarefas centrais do Movimento Operário, na actual situação, a "organização do Movimento Sindical a nível de empresa (através da eleição de Delegados Sindicais e da formação de Comissões Sindicais e Intersindicais)".

Sobre o papel a desempenhar pelas CTs salientou-se: As Comissões de Trabalhadores estão

antioperárias e antipopulares do Governo actual, contra a viragem à direita) (...) intervenção na luta política unitária dos trabalhadores (...) tarefas de gestão operária nas empresas sabotadas pelo patronato (...) participação e intervenção na reestruturação de sectores económicos e em problemas de gestão.

A ligação entre as CTs e os Delegados Sindicais foi analisada do seguinte modo: "Assume grande importância o desenvolvimento dos dois tipos de organização, de acordo com as características da empresa, devendo atender-se a que, quer as Comissões de Trabalhadores, quer a estrutura Sindical estão em condições de ser uma grande escola de quadros para o Movimento Operário, para o Movimento Popular de Massas (...) A organização sindical na empresa, a organização das Comissões de Trabalhadores, a

coo
de e
ent
niv
for
Opr
cad
com
tam
part
m o
trat
Se
Sint
T r
di
Co
tral
con
refo
nas
com
emp
emp
act
a p
nos
ada
ne
non
hor
pres
de
high
sau
de
sa
inte
ran
bur
estr
Co
A s
fisc
ess
do
do
alg
para
nive

de
O r
Act
do
fasc
nos
pro
ap
con
pela
de
sin
ver
con
sec
que
des
seja
ser
nu
se
sinc
S
car
aut

Têxtil TÊXTEL MANUEL GONÇALVES: CUMpra-SE A LEI!

Se por um lado o Governo utiliza forças militarizadas para selar as instalações da Sociedade Joaquim Francisco dos Santos e da Sanimar, por outro, o Ministério do Trabalho dá não ter força para resolver o caso dos 17 trabalhadores suspensos da Têxtil Manuel Gonçalves. Recorde-se a propósito que o próprio Ministério do Trabalho manifestou-se a favor da reintegração dos 17 trabalhadores considerando as acusações feitas contra eles infundadas e não conducentes a qualquer processo disciplinar.

Depois de novamente repetidos, quando pelas 14 horas do dia 6/4/76 se apresentavam ao trabalho, os trabalhadores suspensos elaboraram um comunicado onde relatam as arbitrariedades a que têm estado sujeitos. O referido comunicado que a seguir transcrevemos foi enviado ao Presidente da República, Conselho da Revolução, Conselho de Ministros, Primeiro-Ministro, Ministro da Indústria, Ministro do Trabalho, Secretário de Est. do Trabalho.

a) Embora através de um comunicado que distribuímos em 5/4/76 fosse dado conhecimento aos 3170 trabalhadores da Empresa e ao público, em geral, a data e hora da nossa apresentação ao trabalho, apenas cerca de 100 trabalhadores e um número sensivelmente de curiosos, estranhos à mesma Empresa, se aglomeraram junto da porta por onde deveríamos entrar, não tendo havido por parte dos presentes impedimento físico à nossa entrada.

b) Quando entrámos foi-nos entregue pelo porteiro um papel assinado pelo administrador António Gonçalves dizendo-nos que estávamos suspensos pela Administração para processo disciplinar. perante isto, manifestámos o desejo de ser recebidos pela Administração juntamente com representantes do Ministério do Trabalho e dos Sindicatos que nos acompanhavam, tendo-nos sido dito que a Administração não estava presente, embora esta tivesse sido informada na véspera por telex do MT do Porto que deveria estar presente.

Quando manifestámos o desejo de ir para os nossos postos de trabalho, foi-nos dito pelo dr. Carlos Bacelar, advogado da entidade patronal, que esta tinha dado instruções para que nós não entrássemos.

c) Como sempre a nossa intenção evitar conflitos, retirámo-nos, tendo posteriormente tido conhecimento por carta da Administração que o motivo da suspensão e processo disciplinar são as faltas injustificadas que temos vindo a dar desde 5/2/76, data da reintegração da Administração.

d) É de notar que houve tentativa de impedir a entrada na empresa dos representantes do Ministério do Trabalho, devidamente credenciados por parte do sr. Joaquim Ribeiro, funcionário do contencioso da TMG, que

disse haver instruções do sr. Brigadeiro Pires Nogueira para que não entrasse ninguém que não estivesse credenciado pelo próprio Ministro do Trabalho.

A entrada dos representantes do MT e dos Dirigentes Sindicais acabou por se dar. Estiveram reunidos com o advogado da entidade patronal, mas a reunião teve que ser interrompida porque houve a ameaça de os escritórios serem invadidos se tal não sucedesse.

Faça a última evolução do caso Têxtil Manuel Gonçalves, SARL, consideramos que:

1. Ao decidir a nossa suspensão está a Administração a contrariar a sua posição pública de 26/3/76, em que dizia não se opor à nossa reintegração, posição esta decidida de acordo com o sr. Ministro do Trabalho.

2. A Administração da Têxtil Manuel Gonçalves ao acusar-nos de falta injustificada ao trabalho está a agir de má fé, pois é do conhecimento público e das das entidades que:

a) Fomos coercivamente afastados do trabalho em 3/2/76.
b) Estamos apresentados no MT desde 5/2/76.

c) Tem havido piquetes para nos impedir a entrada no trabalho.

d) Toda a nossa luta tem sido orientada no sentido do nosso regresso ao trabalho.

Perante tantas arbitrariedades, resta-nos a esperança que ainda exista em Portugal algum órgão do Poder que tenha a coragem de enfrentar o problema e lhe dê uma solução correcta e definitiva.

Entretanto os trabalhadores em causa diligiram um comunicado aos seus "companheiros" de trabalho desmarcando a acção da Administração e chamando à razão os poucos trabalhadores que ainda fazem coro com o patrão Manuel Gonçalves.

Companheiros:
Conforme era do conhecimento de todos os trabalhadores, apresentámo-nos hoje pelas 14 horas nos escritórios em Fátima, para retomarmos o trabalho a que temos direito.

Apenas um reduzido número de trabalhadores da IMG (cerca de 100) se manifestava contra a nossa entrada ao trabalho, pelo que podemos concluir que a grande maioria dos trabalhadores já tomou consciência da manobra e injustiça que contra nós está a ser feita.

Como também é do conheci-

mento de todos, apresentámo-nos ao trabalho porque a Administração nos enviou um comunicado, com data de 26/3/76, em que dizia que não se opunha ao nosso regresso ao trabalho. Pelo que se passou, podemos dizer que o que se afirma nesse comunicado é falso, pois fomos informados pelo dr. Carlos Bacelar, advogado da Administração que esta não permitia a nossa entrada ao trabalho e tinha mesmo decidido suspender-nos para processo disciplinar por estarmos a dar "faltas injustificadas".

Perante a acção da Administração que fizemos inicialmente disseram publicamente que nada tinham a ver com a nossa suspensão, que seria da responsabilidade dos trabalhadores.

Com a vinda do inquiridor do Ministério do Trabalho, disseram que nos suspensam e fizeram

nos acusações para dar início ao processo disciplinar, acusações essas, publicamente consideradas pelo Ministério do Trabalho sem valor para qualquer processo disciplinar.

Em 26/3/76, em comunicado, a Administração desdiz-se novamente, dizendo que nunca houve suspensões e por isso não se opunha à nossa reintegração, permitindo, no entanto, a manutenção de piquetes com a finalidade de nos impedir a entrada.

Finalmente hoje, a Administração, pela voz do dr. Carlos Bacelar, não nos permitiu a entrada ao trabalho, alegando que a partir de hoje estavámos suspensos.

Todos os trabalhadores sabem que a nossa ausência ao trabalho é contra a nossa vontade, e não como a Administração nos acusa, "ilegítima e voluntária".
Haverá quem duvide disto?

A acção da Administração leva-nos a concluir que, como desde a primeira hora o afirmamos, o que pretende é o nosso afastamento da empresa, não olhando a meios para atingir os seus fins.

Mais uma vez alertamos os trabalhadores que, se permitirem que esta manobra se concretize, ficarão as portas abertas para futuros despedimentos arbitrários, até porque sabemos que a comissão "sindical", cobardemente, permite todos os abusos e existe na empresa um Roboredo.

A nossa luta continuará até que todos nós ocupemos novamente os postos de trabalho, que por direito nos pertencem.

Pelo direito ao trabalho!
Viva a unidade dos trabalhadores!

"Os trabalhadores ameaçados de despedimento"

OS CARVALHOS TÊM FRACA MEMÓRIA

«... Observamos com mágoa que os trabalhadores da empresa, entre os quais só pensávamos ter amigos, querem afinal negociar a nossa entrada, e não reconduzir-nos «pura e simplesmente à administração da empresa, como sucedeu em Setembro de 1975.»

Os patrões da Facar, Srs. António e Fernando Carvalho, estão descontentes, como se vê pelo extracto do comunicado distribuído na Facar.

Em artigo publicado no «Alavanca», denunciámos as manobras dos Carvalhos, antes e depois do seu afastamento da empresa. Dizíamos também na altura que a rejeição pelos Carvalhos das exigências feitas pelos trabalhadores, aumentaria certamente a sua consciência e tornaria cada vez mais difícil aos patrões explorarem os trabalhadores da forma que o faziam no tempo do fascismo.

Passadas algumas semanas, confirma-se o que tínhamos previsto: os trabalhadores da Facar não estão dispostos a embarcar nas «inútils palavras» dos Carvalhos, e aproximam-se cada vez mais de posições correctas.

No comunicado referido, datado de 29 de Março, escrevem a certa altura os patrões que «durante toda a vida» lutaram «pelo engrandecimento da Facar deixando nesta a maior parte dos lucros» que aí obtiveram...

Os Srs. Carvalhos ou são muito «esquecidos», ou andam a brincar com os trabalhadores: de

acordo com a peritagem feita pelo governo, nos últimos dez anos a Facar conseguiu 127 mil contos de lucros, tendo os Carvalhos utilizado 148 mil em proveito próprio, (doações à fundação Salazar, títulos de «conde» para os filhos, quintas e vacas holandesas, automóveis de 400 contos, etc., etc., etc.).

Perguntamos: é verdade que os Carvalhos deixaram na empresa «a maior parte dos lucros» que aí obtiveram? Quem pretender enganar os patrões da Facar?

Mas dizem mais: segundo a sua versão, sempre «deram» aos trabalhadores «toda a solidariedade» e pagaram «os melhores salários da indústria»...

Também aqui mentem. Os trabalhadores da Facar, com excepção de uma minoria de técnicos especializados, recebiam os mais baixos salários chegando os patrões ao cúmulo de aumentar 1560 por dia para «caiar» o descontentamento dos operários. E ou não verdade, Srs. Carvalhos?

Logo a seguir, e ainda no mesmo comunicado, escrevem os patrões que foram «afastados da administração por acto de uns quantos».

Decididamente, os Carvalhos têm fraca memória: então não se «lembram» que o afastamento foi decidido em plenário, pela maioria dos trabalhadores e na presença de autoridades?

É natural que os trabalhadores depois de concluídas todas as

manobras, desvios de dinheiro, esbanjamento de milhares de contos em proveito dos patrões, queiram negociar a entrada dos ex-administradores, e não reconduzir-nos «pura e simplesmente» à administração da empresa, seria concordar com todas as tramóias e vigarices que sempre praticaram, seria não defender os interesses legítimos dos trabalhadores, o seu direito ao trabalho, aos salários de contrato, à fiscalização da empresa.

É claro que os Carvalhos, como «bons patrões», não podem admitir «ingerências» nos assuntos da empresa e querem continuar a fazer aquilo que sempre fizeram. Mas não têm sorte: os trabalhadores deram já provas de estar dispostos a assegurar por si, sem a «ajuda» dos patrões, o funcionamento normal da firma.

Apesar de tudo, os patrões da Facar contam ainda com alguns trufos: a repressão sobre trabalhadores mais activos, a dificuldade que muitos operários têm em receber informação correcta dos seus camaradas, as manobras de alguns laiaços, continuam a verificar-se diariamente na empresa.

Mas já é demasiado tarde: os Carvalhos estão irremediavelmente desmarcados perante a grande maioria dos trabalhadores. Não há comunicados, lindas palavras ou falsos sentimentos de «amizade» que façam recuar a consciência adquirida pelos trabalhadores.



PREVIDÊNCIA — UM DOS OBJECTIVOS DA RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

No âmbito da recuperação capitalista a que se vem assistindo desde o 25 de Novembro, a Previdência Social constitui um dos objectivos fundamentais das forças da reacção.

Com a extinção do Conselho Coordenador da Previdência, teve início a tentativa de destruição das estruturas democráticas criadas pelos trabalhadores para aquele organismo. Como se isso, só por si, não bastasse, diversas manobras têm sido levadas a cabo pelo Ministério dos Assuntos Sociais, no sentido de dividir os milhares de trabalhadores que prestam serviço nas Caixas de Previdência, desde há longos meses em luta pela aprovação de um Contrato Colectivo de Trabalho que sempre lhes foi negado durante a ditadura.

Para que nos falassem, um pouco, de alguns dos problemas que neste momento mais afectam aqueles trabalhadores, contactámos Jorge Amaro (Vogal Sindical da Comissão Administrativa da Caixa de Previdência da Indústria do Distrito de Lisboa) e Maria

alguns dos trabalhadores ligados ao Sindicato dos Escritórios debruçaram-se sobre esses estatutos tentando, de alguma forma, proceder à sua transformação. Após o 25 de Abril, as Caixas foram ocupadas pelos trabalhadores e começaram a

tempo que aquele Ministério pôs em prática uma série de medidas nitidamente divisionistas.

AS MANOBRAS DO MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

Mas vejamos o que, sobre o assunto, nos adiantou Maria Raquel: «Acontece que, já no decorrer das negociações, a Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais publicou uma portaria, através da qual os trabalhadores com mais de 4 anos de uma categoria são imediatamente promovidos à categoria seguinte, daí resultando um aumento



Jorge Amaro e Raquel Nobre

Previdência, em reunião efectuada no dia 3 de Abril de 1976, e face à justa luta dos trabalhadores da Previdência pelo seu Contrato Colectivo e consequente revogação do Estatuto fascista que os rege, consideram ser de seu dever tomar posição sobre o assunto.

Assim, em princípio, apoiamos a luta dos trabalhadores da Previdência desde que a mesma não assumia formas de serem susceptíveis de aproveitamento pela reacção no sentido de criar um clima de desestabilização.

Consideramos que essa luta, para ter o apoio dos trabalhadores beneficiários deve servir para aproximar estes dos trabalhadores da Previdência e não queremos sobre a sua luta assumir posições paternalistas, mas apenas solidarizamo-nos como trabalhadores cujos interesses têm de ser e são coincidentes.

estava entregue aos senhores doutores, os trabalhadores não tinham qualquer tipo de experiência gestonária. Uma vez lá dentro, começámos a tomar conhecimento de uma organização que, com todas as suas mazelas, funcionou sempre contra os interesses dos trabalhadores, defendendo os interesses dos capitalistas do Estado. Podemos, pois, considerar dois períodos: um primeiro período, durante o qual tomámos conhecimento de tudo quanto se passava, e um segundo período em que iremos dar início à reestruturação propriamente dita, baseada no Movimento Sindical».

A EXTINÇÃO DO CONSELHO COORDENADOR

Quanto ao papel das Comissões Administrativas e a extinção do Conselho Coordenador da Previdência, um dos nossos entrevistados adiantou-nos: «O facto dos trabalhadores estarem representados nas Comissões Administrativas é já meio caminho andado. No entanto, as leis continuam a ser ditas pelo Ministro dos Assuntos Sociais. Quanto à extinção do Conselho Coordenador, alguns elementos progressistas das Comissões Administrativas colocaram já uma acção no Supremo Tribunal Administrativo, alegando abuso de Poder. De resto, sabemos que ao nível do Governo as opiniões foram, e são, diversas».

No decorrer desta nossa conversa, a camarada Maria Raquel chamou ainda a atenção para o seguinte: «Muitos dos beneficiários quando se dirigem às Caixas revoltam-se, de um modo geral, contra os trabalhadores que os atendem. Isso não deverá acontecer. Dever-se-á, isso sim, procurar ir ao fundo da questão, tentar saber os motivos por que tudo aquilo não funciona».

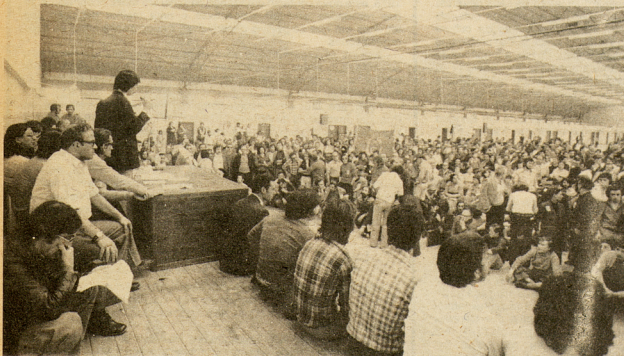
Deveremos, pois, camaradas, meditar sobre muito do que nos foi contado por estes dois amigos. Sobretudo, há que não esquecer que a Previdência é pertença de todos nós, é paga com o nosso dinheiro. Deveremos defender com toda a nossa energia as conquistas também já alcançadas neste domínio!

PREVIDÊNCIA: UMA PESADA HERANÇA

O camarada Jorge Amaro, por seu turno, deu-nos a conhecer as dificuldades surgidas relativamente à gestão da Previdência: «O controlo da Previdência constituía uma antiga aspiração dos trabalhadores. Tal, só foi conseguido a partir de Setembro de 74. Não se pode dizer que a tarefa é fácil, antes pelo contrário. Quando os trabalhadores ocuparam as Caixas depararam com toda uma estrutura fascista fortemente enraizada: desde a utilização dos próprios trabalhadores para fins eleitorais, até aos informadores da pde. Todo esse ambiente dificultou, naturalmente, a acção dos representantes sindicais. Apesar de tudo, tem-se conseguido vencer as dificuldades e a falta de confiança, inicialmente verificada, tem-se vindo a esbater».

Jorge Amaro salientou, por outro lado, a gravidade da situação económica das Caixas, dado que, como é do conhecimento geral, os patrões devem à Previdência a módica quantia de 6 milhões de contos que ao longo de vários anos foram extorquidos dos nossos salários.

«Aqui — prosseguiu o nosso interlocutor — tudo



Sessão final do Encontro Nacional de Previdência realizado em Coimbra

Raquel Nobre (Vogal Sindical da Caixa de Previdência do Comércio do Distrito de Lisboa).

De salientar que estes dois camaradas são, igualmente, membros do Secretariado das Comissões Administrativas das Caixas de Previdência.

TRABALHADORES EM LUTA PELO CCT

Relativamente à questão do Contrato Colectivo de Trabalho, Maria Raquel Nobre declarou-nos: «Anteriormente a o 25 de Abril, os trabalhadores da Previdência eram regidos por um estatuto próprio. Já nessa altura,

surgir as Comissões, constituídas, na sua maioria, por pessoas ligadas aos sindicatos».

Foi a partir de toda esta movimentação que se elaborou uma Convenção Colectiva de Trabalho, com vista à substituição do estatuto fascista que até então regia os trabalhadores das Caixas. Desta forma, abria-se caminho para a satisfação de um direito desde há muito reivindicado pelos trabalhadores.

A referida Convenção foi entregue ao Ministério dos Assuntos Sociais durante o mês de Agosto de 1975, conduzindo as negociações uma Comissão eleita para o efeito. Sucede, porém, que até à data pouco ou nada se adiantou, ao mesmo

salarial respectivo. Por outro lado, já tínhamos conseguido acabar com o IFAPIP, Instituto destinado à realização de concursos com vista à elevação de categoria. Ora sucede que, neste momento o Ministério pretende reabrir o Instituto. Em face de tudo isto os trabalhadores começam a ficar desmobilizados. Contudo, os mais esclarecidos continuam a lutar pela Convenção. Por agora, as negociações prosseguem e na próxima sexta-feira esperamos ter uma resposta».

Relativamente a este problema o Secretariado das Comissões Administrativas das Caixas de Previdência emitiu o seguinte comunicado:

O Secretariado das Comissões Administrativas das Caixas de



CONFEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS SINDICATOS ÁRABES - CISA

CONTRA O IMPERIALISMO

CONTRA O SIONISMO

PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

PELA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES

A Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes - CISA - foi fundada a 23 de Março de 1956. Esta Confederação surgiu como resultante da linha política unitária dos sindicatos árabes, tendo sido os movimentos sindicais sírios e egípcios os seus principais fundadores.

Os seus estatutos regem-se pelos princípios de luta contra o imperialismo; o sionismo; pela independência nacional e pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

A primeira acção desencadeada pela CISA foi a grande mobilização de massas contra a agressão tripartida da França, Inglaterra e Estados Unidos contra o Egipto, em Outubro de 1965. Neste momento o secretário-geral da CISA é o egípcio Abdul Latif Bultya que é ao mesmo tempo ministro do Trabalho do Egipto. A Confederação Internacional tem a sua sede no Cairo.

PEQUENA HISTÓRIA DO MUNDO ÁRABE

Os países árabes (Marrocos, Tunísia, Argélia Líbia, Egipto, Sudão, Arábia Saudita, Yemen do Norte e do Sul, Líbano, Síria, Palestina, Iraque Jordão, Kuwait e Bahrein) até ao final da II Grande Guerra foram ocupados e transformados em colónias, ou em principados da França e da Inglaterra. O Iraque contudo, foi o único país a tornar-se semi-independente da Inglaterra logo após a I Guerra Mundial. Porém no após II Guerra, todos estes países conquistaram a sua independência. Israel, por seu turno, ocupou uma parte da Palestina com o auxílio da América, França e Inglaterra, subjulgando, deste modo, o povo Palestino. O primeiro partido nacionalista árabe a ser fundado foi o Partido BAAS, na Síria, cujas características gerais são anti-imperialistas; anti-sionistas e de luta pelo socialismo. Este partido estende-se a vários países do Mundo Árabe, onde de acordo com as linhas específicas de cada um, mantém as linhas de orientação do Partido BAAS da Síria.

SINDICALISMO ANTES DA CISA

O Egipto tinha, desde 1898, uma organização sindical; a Palestina, Síria, Iraque, Líbano, Marrocos, Argélia e Tunés organizaram-se sindicalmente no período entre as duas Grandes Guerras. Por sua vez o Sudão, Jordânia, Líbia, Yemen do Norte e do Sul, Líbia, Kuwait,

Mauritânia só desenvolvem a sua organização sindical a partir da Segunda Guerra Mundial.

Segundo documentos da Cisa em 1948 a zona árabe foi alvo de uma sinistra manobra, imperialista e sionista, que se cifrou na ocupação pela força de uma parte da Palestina, com a conseqüente formação do Estado de Israel, e com a expulsão do seu verdadeiro povo.

Perante esta conspiração os trabalhadores árabes de todas as nações, sentiram o apereceram-se que só através da sua união, da sua unidade conseguiram fazer frente às investidas imperialistas. Assim em 1954 emprenderam-se os primeiros contactos entre os sindicalistas árabes para realizar tal objectivo. Esta ideia foi adoptada por unanimidade e em 1955 os sindicalistas árabes deram os primeiros passos para a formação de uma Confederação que reunisse todos os movimentos sindicais árabes. Em 24 de Março de 1956 realizou-se na Universidade de Damasco o Congresso Institucional, no qual se declarou a fundação da Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes.

OBJECTIVOS DA CONFEDERAÇÃO

A fundação da Confederação é um marco importante não só na história da luta árabe mas também na do desenvolvimento sindical árabe. Representa, em si, a unidade da Nação Árabe, a unidade das suas aspirações, objectivos e a luta por interesses comuns.

Os objectivos desta Confederação são os seguintes: Primeiro, a nível árabe: assegurar uma vida melhor para os trabalhadores árabes, elevar o seu nível de vida, cultural e profissional, desenvolver a sua consciência sindical para estreitar os seus laços fraternais e de cooperação entre si, unir os esforços para acabar com as barreiras artificiais postas entre os países árabes e defender a sua independência e soberania, defender e fortalecer as suas liberdades sindicais assegurando a liberdade de opinião e respeito pelos direitos e liberdades humanas, prosseguir, generalizar e desenvolver as legislações operárias árabes. Segundo, a nível internacional: cooperar com as federações, organizações progressistas, internacionais, regionais e nacionais com o fim de elevar o nível da classe trabalhadora, generalizar o bem-estar e estabelecer a paz mundial, lutar pelo direito de todos os povos a decidir do seu próprio destino, contra toda a discriminação racial, apoiar todos os

movimentos de libertação nacional e todos os movimentos e campanhas tendentes a acabar com o imperialismo e liquidá-lo em todas as partes do mundo.

Por outro lado a CISA, tendo em conta que a cultura operária é um direito de todos os trabalhadores tem desenvolvido todos os esforços no sentido de elevar o nível cultural dos seus trabalhadores. Entre algumas das actividades de desenvolvimento cultural contam-se: o estabelecimento do Instituto Árabe de Estudos Operários (para preparar sindical e culturalmente os trabalhadores árabes com o fim de melhor cumprirem os seus deveres) pela CISA; a realização de seminários para estudar os temas da cultura operária e discutir os problemas dessa mesma classe; a fundação do Bureau árabe da cultura operária ao nível do Mundo Árabe; realização de Conferências, entre as quais, a Conferência da Mulher Árabe Trabalhadora, realizada em Bagdad em Fevereiro de 1975, para comemorar o Ano Internacional da Mulher, etc.

VI CONGRESSO DA CISA

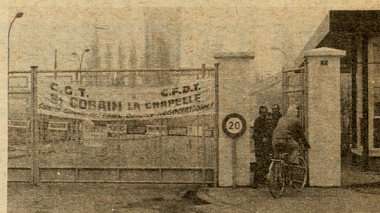
A Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes realizou de 24 a 28 de Março o seu VI Congresso Geral. Neste Congresso esteve presente uma delegação da Intersindical Nacional (considerada pela CISA como uma das Centrais Sindicais progressistas). Na oportunidade foi distribuído aos órgãos de informação um comunicado de que o "Avancada" também já se fez eco no número 56.

Passamos de seguida a transcrever algumas das conclusões aprovadas no referido Congresso:

"A necessidade premente da unidade do movimento sindical árabe com vista à criação de condições para o êxito da luta contra o inimigo comum - o imperialismo e o sionismo; o apoio incondicional de todo o mundo árabe, independentemente da sua orientação ideológica e do tipo governo a que esteja sujeito, à causa do povo palestino; o reconhecimento incondicional da OLP como único representante legítimo do Povo da Palestina."

A CISA - Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes orientando-se pelos princípios anti-imperialistas, anti-sionistas, pela independência nacional e pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do mundo árabe, representa a unidade dos trabalhadores árabes contra o capitalismo nacional e internacional que os pretende subjugar.

NOTICIÁRIO



Empresa visitada em Orléans pela Delegação da Intersindical a convite da acção sindical de CFDT (Foto tirada em Novembro de 1975, a quando já previa a ocupação da fábrica)

CFDT - INTERSINDICAL COMUNICADO CONJUNTO

Uma delegação da Intersindical Nacional de Portugal, composta por Carlos Carvalho, Carlos Dias - secretários nacionais - e Augusto Silva do Departamento Internacional, esteve em França de 5 a 7 de Abril de 1976 a convite da CFDT.

Durante esta estadia, as duas delegações procederam a inúmeras trocas de pontos de vista que incidiram sobre:

- Situação sindical francesa nos seus aspectos políticos, económicos e sociais.

- Situação actual em Portugal e em primeiro lugar sobre a situação actual do desenvolvimento do sindicalismo português.

As duas delegações discutiram igualmente os múltiplos problemas dos trabalhadores portugueses que trabalham em França e sobre os problemas sindicais e económicos na Europa, assim como sobre o papel das sociedades multinacionais.

A delegação portuguesa esteve durante a sua estadia na região de Orléans onde depois de ter visitado uma empresa, encontrou os responsáveis sindicais CFDT. A delegação visitou igualmente o centro de Formação da CFDT em Bierville.

Depois da visita de uma delegação CFDT a Lisboa em Outubro 1975, este novo contacto em França permitiu um melhor conhecimento das realidades sindicais respectivas e uma melhor definição dos terrenos em que se poderá desenvolver a cooperação entre as duas organizações.

Ambas as organizações afirmaram-se desejosas de reforçar a solidariedade activa e as acções concretas para lutar eficazmente contra a exploração e a dominação das empresas capitalistas multinacionais e nacionais.

Face aos inúmeros acontecimentos que se desenrolaram em Portugal desde o 25 de Abril de 1974, a CFDT reiterou a Intersindical a sua solidariedade com os trabalhadores portugueses em luta pela instauração de uma sociedade livre e democrática e pelo reforço do sindicalismo democrático, de massas e de classe.

A CFDT salientou que este contacto, inscrevendo-se no quadro dos contactos bilaterais que efectua com as organizações sindicais europeias, constitui um passo mais para a criação de condições para uma acção comum indispensável para a defesa dos interesses dos trabalhadores dos diferentes países europeus.

UMA CARTA DE APOIO

Um grupo de trabalhadores das Ilhas Canárias dirigiu uma carta à Intersindical Nacional dando o seu apoio aos trabalhadores portugueses na sua luta contra as forças reaccionárias que pretendem destruir o 25 de Abril.

Dada a sua importância passamos a reproduzi-la na íntegra:

"Estimados amigos: Nestes momentos delicados para a classe operária e forças democráticas do vosso país, os abaixo assinados conscientes que a solidariedade entre os trabalhadores não acaba nas fronteiras, dirigimo-nos a vós com o propósito de expressarmos o nosso sincero apoio à luta que mantendes contra as forças reaccionárias (seja qual for a roupagem com que se apresentam) pelo afastamento definitivo do perigo fascista e para que a Revolução Portuguesa não acabe a meio do caminho e consiga retomar o seu curso socialista. Os trabalhadores portugueses, os verdadeiros democratas, os que realmente lutam contra a exploração do homem pelo homem, os que não se deixam subornar pelo grande capital internacional, nem mendigam o apoio dos seus representantes, devem saber que têm aqui nas Canárias amigos dispostos a fazer, o que está nas suas mãos, para o bem da classe operária e do povo português."

CALCUTÁ

A Associação dos Professores e Empregados do Ensino Secundário, da Índia, realizou, em Calcutá de 11 a 12 do corrente a sua V Conferência.

A Intersindical Nacional enviou, na ocasião, o seguinte telegrama de saudação:

"Na data da V Conferência anual da vossa organização, a Intersindical Nacional, Central Única dos Trabalhadores Portugueses, sauda fraternalmente todos os camaradas delegados, desejando os melhores resultados para os vossos trabalhos, certos que as vossas decisões contribuirão para a defesa dos trabalhadores. Viva a V Conferência Viva a Amizade entre os Trabalhadores Portugueses e os Trabalhadores Indianos! Viva o Internacionalismo Proletário!"



A REVOLUÇÃO SOCIALISTA NA HUNGRIA

A 4 de Abril de 1945 o exército soviético expulsou da Hungria as últimas tropas hitlerianas, libertando o país do jugo nazi e abrindo novas perspectivas para o povo húngaro. Aderiram à luta soldados de várias nacionalidades como búlgaros, iugoslavos, polacos, britânicos e americanos, mas foram os soldados soviéticos os que mais se sacrificaram e empenharam nessa dura luta.

Nesse dia de Abril de 1945 e depois de conquistada a liberdade tão ardentemente desejada, o povo húngaro viu-se perante um país em ruínas, com cidades e vilas devastadas e cerca de meio milhão de mortos numa população de nove milhões de habitantes. 40% da riqueza nacional fora destruída. A miséria, a fome e a doença alastrava por toda a parte. Mas das cinzas dessas ruínas vinha a renascença uma sociedade nova que foi como que o virar de uma página na História da Hungria.

Os comunistas, partidários dessa nova sociedade, deram coragem ao povo e souberam inculc-lhe a esperança necessária para a luta a travar, mas desta vez pela reconstrução do país.

Os trinta e um anos decorridos desde essa data provam à sociedade os brilhantes resultados obtidos quer sob o aspecto político, quer

reestruturação total e revolucionária da sociedade e de tal forma que na Hungria dos nossos dias essa sociedade é composta quase exclusivamente pelas camadas trabalhadoras, detentoras do poder, já que são elas também que produzem a maior parte do rendimento nacional. Foi a classe operária que sempre esteve na vanguarda da luta para edificação do socialismo. Entre a população activa, 58% são operários.

O papel dirigente da classe operária significa entre outras coisas que os trabalhadores manuais estão proporcionalmente representados nos órgãos de direcção do Estado e, por outro lado, a sua importância manifestou-se também no papel judicioso do Partido Socialista Operário Húngaro.

A base essencial deste Estado socialista assenta na aliança das duas classes fundamentais, que são a classe operária e a classe do campesinato. A vida dos trabalhadores rurais sofreu nestes últimos trinta anos uma alteração radical. Nas aldeias, as técnicas mais recentes e as mais modernas conquistas da ciência são aplicadas numa área cada vez mais vasta e a produção agrícola industrializada ganha terreno. Em matéria de conhecimentos profissionais, de condições de vida e de mentalidade,

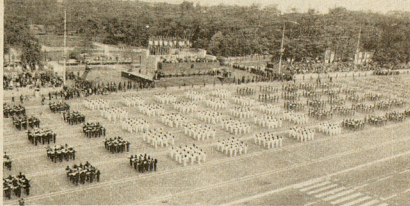
indústria aumentou cerca de onze vezes o seu volume. O desenvolvimento mais dinâmico registou-se na indústria química, na construção mecânica e na tele-técnica e foi na indústria que se efectuaram os maiores investimentos.

Uma das alterações mais profundas foi a que se deu no sector da agricultura. Cerca de três quartas partes do território do país são ocupadas pela superfície agrícola. O progresso conquistado nesse sector foi possível graças à reorganização social da agricultura, à sua exploração em grande escala e à mecanização dos trabalhos. O grau de mecanização prova aliás que a industrialização da agricultura é uma realidade.

A criação de gado registou igualmente importantes resultados. Na Hungria a produção de carne por habitante está entre as cinco primeiras do mundo. A agricultura e a indústria de alimentação asseguram o consumo interno e a produção é suficientemente elevada para permitir uma exportação considerável.

O BEM-ESTAR SOCIAL

A melhoria das condições de vida suportam perfeitamente o confronto



Todos os cidadãos do país têm direito a cuidados médico-hospitalares e a produtos terapêuticos gratuitos.

Embora penúria de alojamento continui a ser um dos problemas mais graves do país, o ano passado foram construídos mais 99 mil casas de habitação.

O índice da vida cultural prova igualmente das condições de vida que o povo usufrui. Antes da guerra,

os museus e as exposições contavam anualmente com cerca de 600.000 visitantes e hoje em dia contam com 9 milhões.

Compreende-se que o povo russo tenha decidido que o 4 de Abril seria o dia da sua festa nacional, pois foi de facto a partir dessa data que o país saiu da miséria e da opressão a caminho de uma verdadeira sociedade nova, com melhores condições de vida para todos.



SOLIDARIEDADE DA BULGÁRIA À REFORMA AGRÁRIA

Contando com a presença de milhares de trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção do Sul e de operários da Cintura Industrial de Lisboa, procedeu-se, no passado dia 4, à entrega de variado equipamento à Cooperativa Agrícola de Casebres.

Para o efeito, realizou-se uma festa-cómicio, nos terrenos daquela Cooperativa, tendo-se feito a apresentação das máquinas ofertadas por trabalhadores do país socialista, que é a Bulgária.

Tiveram, então, todos os presentes, a possibilidade de constatar da diversidade e qualidade do material ofertado: tractores modernos, espathadores de semente e adubo, plantadores, colhedores de milho, máquinas de mobilização do solo, pulverizadoras e outro equipamento, tudo no valor aproximado dos 20 mil contos.

De referir que todo este equipamento, fruto de jornadas de solidariedade de trabalhadores daquele país socialista, para com os trabalhadores agrícolas de Portugal, vem acompanhado de um enorme "stock" de peças para reparação das que se avariam, bem como de garantia de assistência técnica, que inclui a preparação de mecânicos e operadores.

No decorrer da festa-cómicio, entre outros, usou da palavra o camarada Filipe Crespo, dirigente da Cooperativa Agrícola de Casebres, que salientou o

facto de os trabalhadores de Casebres considerarem que aquela oferta não seria só utilizada na sua Cooperativa, mas que se destinava, igualmente, à interajuda, noutros Unidades Colectivas de Produção.

Também foi anunciado que a ajuda da Bulgária vai prosseguir e ampliar-se, em termos de se transformar a Cooperativa Agrícola de Casebres numa Unidade Colectiva modelo.

Para tanto, garantir-se-á todo o apoio técnico necessário, seja com a vinda de especialistas búlgaros, seja com a ida de trabalhadores de Casebres à Bulgária, com vista à sua formação profissional.

Face às dificuldades que se puseram relativamente à saída das máquinas da alfândega, foi vincado o facto de serem totalmente injustificados os impostos que recaem sobre material produzido noutros países por trabalhadores e que constituem oferta a outros trabalhadores, uma vez que não há, ali, fins lucrativos, mas pura solidariedade.

Frisou-se, pois, insistentemente, a necessidade de haver uma total isenção de impostos sobre oferta deste e doutro tipo.

A jornada de Casebres foi, pois, um belo exemplo de solidariedade internacionalista.

Um exemplo para meditar. Um exemplo a seguir. Um exemplo a incentivar.

Da Bulgária, para Casebres, um mesmo fim, um mesmo objectivo: construir o Socialismo!

económico e social. Logo após a libertação, a nacionalização de minas, de fábricas e de bancos constituiram as tarefas prioritárias para a reconstrução do país. A divisão das terras foi igualmente uma das mais importantes. Num país em que a propriedade privada dividia os povos em antagonicas classes e grupos, assistiu-se actualmente a uma situação de progresso e de coesão que provam bem as várias etapas percorridas pelo povo húngaro.

os camponeses sentem-se cada vez mais identificados com a classe operária. São orlundos dessas duas classes a maior parte dos intelectuais do país, coisa absolutamente impensável há trinta anos atrás.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Durante estes últimos anos, a taxa de crescimento económico da Hungria foi superior à média mundial e ultrapassou a dos países capitalistas evoluídos.

Soci o ponto de vista agrário, a Hungria era um dos países mais atrasados da Europa, mas transformou-se, apenas em três decénios, num país industrial de desenvolvimento médio. De 1938 para cá, a produção bruta da

internacional. O espectro do desemprego foi há muito vencido e em breve o problema será a falta de mão-de-obra. A semana de trabalho diminuiu para 44 horas e os salários continuam a subir. O salário médio dos operários em 1975 era mais de quatro vezes superior ao de 1950. Além disso os vencimentos dos operários e dos trabalhadores rurais foram nivelados.

Actualmente o consumo de carne anual por habitante é três vezes superior ao de antes da guerra. A venda dos produtos alimentícios aumentou consideravelmente.

Quanto à conquista dos bens de conforto ela foi ainda mais rápida. Actualmente existem 175 aparelhos frigoríficos, 230 máquinas de lavar e 226 aparelhos de TV para cada mil habitantes.

A REESTRUTURAÇÃO SOCIAL

Podemos dizer, sem sombra de dúvida, que na Hungria a sociedade sem classes é hoje uma realidade. Mas isso só foi possível graças a uma

DEFEITO DA REFORMA AGRÁRIA DEFEITO DA REVOLUÇÃO

deixe manifestar solidariedade material com os que trabalham a terra e se batem duramente pelo avanço da Reforma Agrária a caminho do Socialismo.

Grande parte destes meios materiais resultam das iniciativas variadas promovidas pelas Comissões de Apoio à Reforma Agrária (CARA): contribuições regulares na base dos salários; contribuições regulares das organizações sindicais ou outras; contribuições várias; receitas de campanhas especiais de fundos; venda de materiais diversos (autocolantes, emblemas, etc.); receitas de festivais, sessões de teatro ou cinema; outras contribuições especiais.

Toda a massa monetária recolhida dará entrada na sede central do FARA, em Lisboa, para posterior atribuição aos beneficiários do FARA.

Poderá haver também contribuições em produtos diversos: máquinas agrícolas, adubos, sementes, materiais de construção, etc. Estes valores terão um processamento especial através do FARA.

3. ATRIBUIÇÃO DE RECURSOS

3.1. Beneficiários

Podem ser beneficiários do FARA:

- operários agrícolas, quando integrados em Unidades Colectivas de Produção, incluindo as designadas por Cooperativas e Pré-Cooperativas;
- pequenos agricultores, ainda quando isolados, ou as respectivas Cooperativas de Produção;
- Unidades Cooperativas que integrem beneficiários referidos nas alíneas a) e b);
- Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas e Ligas de Pequenos e Médios Agricultores;
- outras organizações de trabalhadores directamente ligadas ao processo da Reforma Agrária e actuando com vista ao seu desenvolvimento.

3.2. Critérios de atribuição

A atribuição de recursos dará prioridade aos casos mais urgentes, em especial às Unidades Colectivas e Cooperativas de Produção mais empobrecidas, de modo a contribuir para atenuar as diferenças em relação às Unidades menos pobres.

Dentro dessa prioridade, considerar-se-á de preferência as Unidades mais seriamente empenhadas em investimentos produtivos: compra de sementes e gados melhorados, materiais de obra, máquinas adequadas, etc.

Também será tida em atenção, na escala de prioridades, a localização da Unidade Produtiva, individual ou colectiva, em região política e economicamente mais retardada.

Será igualmente concedido apoio financeiro prioritário para funcionamento das estruturas organizativas dos trabalhadores da terra: Sindicatos, Ligas e outras.

Os beneficiários recorrerão ao FARA por simples carta justificativa, através da respectiva organização, a qual fará acompanhar essa carta com o que em deverá mencionar o estado em que se encontra o recurso ao apoio estatal.

A atribuição de recursos financeiros não será efectuada em duas modalidades:

- crédito a prazo a definir em cada caso, consoante as circunstâncias, sempre sem juros, devendo estimular-se a restituição antecipada desse crédito ao FARA logo que obtidos créditos estatais;
- subsídios não recuperáveis.

3.3. Despesas especiais

Des recursos acumulados, o Conselho Directivo poderá utilizar uma parte para despesas de expediente e outros serviços do FARA, serviços editoriais e contrato de um mínimo de quadros necessários para o avanço de todo o processo da Reforma Agrária.

4. ORGÃOS DIRECTIVOS

A Direcção do FARA compreende dois órgãos: o Conselho Directivo e o Secretariado, os quais funcionarão na sede central do FARA em Lisboa.

O Conselho Directivo do FARA é constituído por um representante de cada Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas já constituído legalmente.

Este Conselho Directivo reúne ordinariamente uma vez por mês e terá as reuniões extraordinárias necessárias, cabendo-lhe fixar a orientação geral de funcionamento do FARA.

O Secretariado é escolhido pelo Conselho Directivo e será composto de 5 membros. Reunirá todas as semanas, a fim de dar despacho às solicitações de apoio pendente.

5. SEDE

A sede central do FARA funcionará em instalações próprias na cidade de Lisboa.

6. RELATÓRIO E CONTAS

Em cada ano, será elaborado um Relatório e Contas do FARA, o qual será discutido previamente pelo Conselho Directivo e em seguida publicado".

Este Estatuto vigora a partir da sua aprovação em Plenário realizado em Beja, no dia 9 de Abril de 1976.

VISITAS NAS UNIDADES COLECTIVAS DE PRODUÇÃO

Assim terminou o primeiro dia, a grande jornada de apoio à Reforma Agrária e, simultaneamente, o Plenário da Intersindical Nacional.

No prosseguimento do programa, e como consequência deste Plenário, os delegados sindicais participantes no mesmo, efectuaram visitas a várias Unidades Colectivas de Produção do Distrito de Beja.

Os camaradas foram divididos em quatro grandes grupos: uns, foram para Vale de S. Tiago, outros para a Vidigueira, um outro viajou até Aldeia Nova e o último partiu rumo a Evridal.

A nos, "Alvaxans", coube-nos visitar as várias herdades que, situadas no concelho da Vidigueira, constituem a Unidade Colectiva de Produção "26 de Janeiro". Ali, os trabalhadores agrícolas, fizeram sessões de esclarecimento, respondendo às perguntas e esclarecendo dúvidas.

Quo vimos, à semelhança de todos os delegados sindicais, foram campos totalmente cultivados, terras bem aradas, gado gordo e bem tratado, tractores revolvendo os solos, enfim, a realidade da Reforma Agrária.

Muitos dos camaradas presentes, sobretudo os do Norte do País, não deixaram de manifestar o seu espanto e admiração face a esta realidade.

Com efeito, o espectáculo grandioso que são as imensas planícies alentejanas, completamente cultivadas, com o trigo logo de certa altura, e certos campos polílicos, pretendem fazer crer.

Não há campos por cultivar, não senhor, o gado não morre à fome, não senhor, e quem não acreditar nas estatísticas oficiais, que vão até ao Alentejo, a qualquer Unidade Colectiva de Produção ou Cooperativa Agrícola, veja com os próprios olhos!

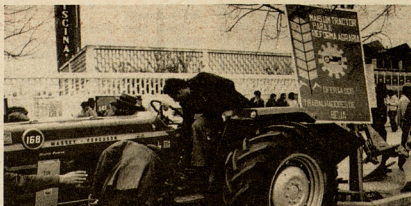
SERÃO DE CONVÍVIO

Depois da visita às herdades, os amigos que nélias trabalham, ofereceram um abundante almoço, confeccionado exclusivamente com produtos, fruto do seu trabalho, do seu suor.

Que ninguém passe fome, é um facto; que ainda sobra muito comida... é perguntar a quem lá esteve.

Ali, trabalhadores de todos os pontos do País, confraternizaram, cantando, bailando e conversando, com os seus camaradas trabalhadores agrícolas alentejanos.

À noite, realizou-se um serão de confraternização e convívio, na Unidade Colectiva de Produção "Planície



Heróica", já com a presença de todos os delegados sindicais. Esse sessão contou com a actuação do Coro de Trabalhadores Agrícolas de Serpa e do Grupo de Teatro de Campolide, ambos muito apreciados pela assistência.

AS CONCLUSÕES

Esta grande jornada de luta, em defesa da Reforma Agrária, promovida pela Intersindical Nacional, culminou com uma concentração-comício, realizada no Domingo, dia 11, no Largo das Piscinas, em Beja, aberta a todos os trabalhadores e com a presença dos Sindicatos Agrícolas.

Estiveram presentes milhares de pessoas: alentejanos e alentejanas, trabalhadores agrícolas e trabalhadores de outros sectores de actividade, que se deslocaram a Beja, com a mensagem de solidariedade, que tem sido uma constante, entre operários e camponeses.

Para o ilustrar, encontravam-se bem à vista, um tractor e duas aliaças, que constituem o resultado obtido na campanha de recolha de fundos de "Mais um tractor para a Reforma Agrária", oferta dos trabalhadores de Beja (de vários sectores profissionais), aos seus camaradas agrícolas.

Esta solidariedade para com a Reforma Agrária, não é só nacional. Ela ultrapassa as nossas fronteiras. Um grupo de trabalhadores dinamarqueses informou-nos que está em curso, no seu País, uma campanha que tem em vista, também, a oferta de um tractor e diversa maquinaria agrícola.

Solidariedade não é, pois, palavra vã! Usaram da palavra nesta concentração-comício, representantes da Federação dos Metalúrgicos de Portugal, da União dos Sindicatos do Porto, dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas de Santarém e Beja, bem como um membro do Secretariado da Intersindical Nacional.

Foi no decorrer desta concentração, que o camarada Manuel Godinho, do Secretariado da Intersindical Nacional, fez a leitura e consequente apresentação, das conclusões da reunião, realizada no dia 9, a todos os trabalhadores presentes. El-las:

CONCLUSÕES

1. GRANDE CAMPANHA NACIONAL DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA

- Criar um Fundo de Apoio à Reforma Agrária (FARA)
- Organizar Jornadas de Trabalho Voluntário
- Organizar áreas de consumo colectivo
- Formar Comissões de Apoio à Reforma Agrária (CARA)
- Realizar eleições, assembleias gerais e outros encontros de massa para apoio à Campanha

- Intensificar a divulgação de informações verificadas sobre a Reforma Agrária
- Unir todos os trabalhadores, do campo e da cidade, contra a ofensiva reacçãoária pelo avanço da Reforma Agrária e do processo revolucionário a caminho do Socialismo.

2. DIPLOMAS FUNDAMENTAIS DA REFORMA AGRÁRIA*

Exigir o cumprimento integral e a aplicação imediata dos diplomas fundamentais da Reforma Agrária.

Regulamentação do trabalho rural:

Exigir a imediata publicação do diploma genérico e o exacto cumprimento das Convenções e Portarias. Exigir severas sanções contra os infractores.

Leis contra a sabotagem económica:

Protestar energicamente contra a revogação recente dessas leis e exigir a sua aplicação imediata e severa contra os agrários, industriais e outros grandes sectores que continuam a sabotar gravemente a economia do País.

Denunciar as grandes dívidas dos agrários; exigir a imediata suspensão de créditos, o imediato congelamento de todas as Unidades Colectivas de Produção com processo entregue.

Leis de expropriação de terras e meios de produção:

Exigir a publicação imediata dos diplomas de expropriação de todos os prédios já sob controlo dos trabalhadores.

Exigir a imediata publicação dos diplomas de reconhecimento oficial de todas as Unidades Colectivas de Produção com processo entregue.

Exigir a rápida utilização das expropriações dos grandes latifúndios ainda existentes, dada a urgência de pôr cobro ao saque económico ali em curso e para resolução das prioridades dos problemas de desemprego de assalariados e de instalação de pequenos agricultores.

Exigir que não haja quaisquer indemnizações a agrários assististas, sabotadores e opressores. Exigir também que toda a indemnização a que haja lugar, seja paga exclusivamente pelo Estado e em títulos e não pelos trabalhadores da terra, precisamente os mais explorados dentre todos os trabalhadores.

Leis do arrendamento rural:

Exigir a aplicação de severas sanções sobre quem quer que não cumpra imediatamente estas leis e exerça violências sobre os agricultores, rendeiros, colonos, etc.

Lei de extinção dos foros:

Exigir o estabelecimento imediato de severas punições contra quem infrinja o cumprimento desta lei.

Lei dos baldios:

Exigir a imediata restituição de todas as terras baldias ao uso colectivo dos povos, incluindo os abusivamente apropriados por grandes senhores. Reclamar a aplicação de sanções contra quem se oponha à aplicação exacta dessa lei e sabote os bens colectivos existentes nas terras baldias.

3. OUTRAS MEDIDAS ESSENCIAIS

Crédito:

Exigir a concessão imediata de crédito para fundo de maneio, a prazo favorável e juro baixo, exclusivamente para Unidades Colectivas de Produção e pequenos e médios agricultores isolados.

Exigir a imediata abertura de créditos substanciais, a médio ou longo prazo e baixo juro, para compra de máquinas e gado e realização de obras nas Unidades Colectivas de Produção e nas pequenas e médias explorações.

Responsabilizar o Governo por todo o atraso na adopção destas medidas de apoio financeiro, consideradas da maior urgência e do máximo interesse não só para o progresso da agricultura, mas para toda a actividade económica nacional.

Impostos:

Exigir forte atenuação ou eliminação de todos os impostos, taxas e outras cargas fiscais, que sobrecarregam os trabalhadores do campo, assalariados e camponeses pobres.

Exigir que se cumpra sem mais demora a regra: fazer pagar mais a quem mais pode, tributando com carga fortemente progressiva os altos escalões de rendimento ainda existentes no País.

Comercialização:

Exigir a rápida reestruturação dos circuitos comerciais, para corrigir os graves processos especulativos dos grandes intermediários parasitas.

Exigir que seja aprovada e não combatida toda a iniciativa dos trabalhadores para criar as suas próprias estruturas comerciais de carácter cooperativo.

Combater energicamente todas as tentativas para obrigar os trabalhadores a ficarem totalmente subordinados a órgãos instalados na comercialização dos seus produtos.

Contabilidade:

Combater vivamente todas as manobras tendentes a subordinar as Unidades Colectivas de Produção aos trabalhadores ao aparelho de Estado, a retirar-lhe a autonomia a que tem direito e que as leis confirmam. E, assim, lutar por que se assegure uma contabilidade própria nas estruturas produtivas, comerciais, industriais e financeiras dos trabalhadores, à semelhança, aliás, do que ocorre no sector capitalista da economia.

Previdência rural:

Combater energicamente toda a tentativa para fazer pagar aos trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção os 17% respeitantes aos patrões, o que com os juros de capital de empréstimo para salários chega a elevar as contribuições acima dos 30%.

Lutar pelo prioritário alargamento dos benefícios da Previdência Social aos assalariados agrícolas, pequenos e médios agricultores —rendeiros ou proprietários.

Órgãos de Estado:

Exigir que adoptem as linhas programáticas do MFA e dos textos-programa seguintes, os quais obrigam a que estejam alinhados com as classes trabalhadoras e não com as classes privilegiadas. Combater energicamente todos os saneamentos à esquerda e exigir o regresso aos seus postos dos quadros que ganharam a confiança dos trabalhadores.

Organizações terroristas:

Exigir medidas drásticas para eliminação das organizações terroristas "CAP", "ELP", "MLP", "FLAMA", "FLA" e quaisquer outras do mesmo tipo formadas ou que se venham a constituir.